

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

THIAGO RAFAEL SOARES DE SOUZA GUEDES

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR:
DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES AO ENSINO RELIGIOSO**

**JOÃO PESSOA
2019**

THIAGO RAFAEL SOARES DE SOUZA GUEDES

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR:
DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES AO ENSINO RELIGIOSO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões na área de Ciências Sociais das Religiões, Educação e Saúde e na Linha de Pesquisa em Educação e Religião para obtenção do título de mestre em Ciências das Religiões.

Orientador: Prof.^o Dr.^o Marinílson Barbosa da Silva (UFPB).

**JOÃO PESSOA
2019**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G 924e GUEDES, Thiago Rafael Soares de Souza.

O Estágio Supervisionado na formação do professor das Ciências das Religiões ao Ensino Religioso / Thiago Rafael Soares de Souza Guedes. – João Pessoa: 2019
86 f.

Orientação: MARINÍLSON BARBOSA DA SILVA
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE

1. Estágio Supervisionado. 2. Ciências das Religiões. 3. Ensino Religioso. I. SILVA, MARINÍLSON BARBOSA DA. II. Título


UFPB/CE/BS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES


*O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR: das ciências das religiões
ao ensino religioso*

Thiago Rafael Soares de Souza Guedes

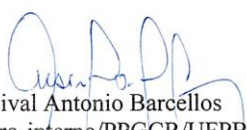
Dissertação apresentada à banca examinadora formada pelos seguintes especialistas.



Marnilson Barbosa da Silva
(orientador/PPGCR/UFPB)



Danielle Ventura de Lima Pinheiro
(membro-externo/FIP)



Lusival Antonio Barcellos
(membro-interno/PPGCR/UFPB)

Aprovada em 17 de julho de 2019.

O dom da fala foi concedido aos homens não para que eles enganassem uns aos outros, mas sim para que expressassem seus pensamentos uns aos outros.

Santo Agostinho

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.

Paulo Freire

A minha família, o bem mais significativo que um ser humano pode herdar.

Como a minha grande amiga e companheira, minha mãe Joélia Soares de Souza Guedes. A senhora mainha, por ser mais que uma mãe, mais que uma amiga. Passamos por mais essa etapa.

A todos que abriram meus olhos para o fato de que a aprendizagem significativa – para o bem – só pode adentrar quando a porta do “Eu Quero” consegue ser aberta (por dentro) por meio da fidelidade da sabedoria de quem está (do lado de fora) a bater é um mestre/docente no Amor.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de oferecer este trabalho primeiramente a Deus, que com sua graça e misericórdia nos concedeu forças nessa árdua e enriquecedora tarefa. Entretanto gostaria de lembrar algumas pessoas que sempre me incentivaram a ser determinado guerreiro e lutador.

Essas pessoas, uso de inspiração e espelho na minha vida, pois suas determinações, dedicações e força me motivam. Que Deus por sua grandeza os ilumine ainda mais, com saúde, força, fé e lhes dêem cada vez mais em abundância.

À vocês: Joélia, Jane e Jéssua, por me ensinarem a ter fé e nunca duvidar dos planos de Deus na minha vida.

Aos professores do Mestrado em Ciências das Religiões da UFPB, que foram instrumentos imprescindíveis para a realização deste sonho.

Em especial ao professor Dr. Marinílson Barbosa da Silva, meu orientador, que de bom grado aceitou me orientar.

Aos professores doutores Danielle Ventura, do Programa de Pós Graduação em Ciências das Religiões, da Universidade Federal da Paraíba e Lusival Barcellos, que fizeram parte da banca examinadora, mas também pela humildade e pelas enriquecedoras experiências acadêmicas e de vida durante esses pouco mais de quatro anos de convivência tanto em sala de aula como em conversas informais.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por confiança e pelo investimento financeiro, sem o qual essa pesquisa tornar-se-ia mais difícil e mais penosa. Obrigado a todos!

A você Anna Rachel, minha irmã, também companheira de toda a vida, pela compreensão nos momentos difíceis, que inicialmente chegou e roubou meu espaço, mas com o tempo me mostrou que esse foi o melhor roubo de todos, e me ensinou que a vida é bem melhor compartilhada com as pessoas que amamos. Que quanto mais se dá, mais se tem.

Aos meus verdadeiros amigos, amigas e familiares, por sempre estarem ao meu lado, acompanhando minha vida de perto, sempre dispostos a me dar a mão.

RESUMO

Este estudo, como parte do seu objetivo central, buscou investigar as perspectivas do Estágio Supervisionado em docência, mais especificamente quanto ao processo de construção da identidade profissional do ser professor de Ensino Religioso. Como parte do objetivo específico levou-se em consideração a ligação entre teoria/prática e implicações acerca do Estágio Supervisionado no Curso de Licenciatura em Ciências das Religiões no contexto da UFPB. Neste sentido, priorizou-se o resgate histórico acerca do Estágio Supervisionado no Brasil, bem como os aspectos técnicos, legais e pedagógicos do mesmo, tratando-se assim de um encadeamento de exigências, prerrogativas e preceitos para os estagiários, como também para as entidades de ensino superior e os estabelecimentos escolares, onde se passa o estágio e suas contribuições para o futuro da profissão e do ser professor do Ensino Religioso. Como metodologia, desenvolveu-se o percurso investigativo a partir das possibilidades da revisão teórica, de índole bibliográfica-documental, sob abordagem exploratória qualitativa. Como marcos teóricos foram utilizados Sérgio Junqueira, João Décio Passos, Francisco *Imbernón*, dentre outros. Como conclusão, verificou-se que é preciso uma maior participação do corpo de docentes da graduação-licenciatura em Ciências das Religiões da UFPB, no sentido de buscar minimizar ou até coibir as dissonâncias entre o universo da teoria e da prática, bem como articular o currículo ao Projeto Político Pedagógico do curso, à Base Nacional Curricular comum e às Diretrizes Nacionais para o curso de Ciências da Religião.

Palavras-Chave: Estágio Supervisionado. Ciências das Religiões. Ensino Religioso.

ABSTRACT

This study, as part of its central objective, sought to investigate the perspectives of Supervised Internship in teaching, more specifically regarding the process of building the professional identity of being a teacher of Religious Education. As part of the specific objective we considered the link between theory / practice and implications about the Supervised Internship in the Degree in Religious Sciences in the context of UFPB. In this sense, the historical rescue about the Supervised Internship in Brazil was prioritized, as well as the technical, legal and pedagogical aspects of it, thus being a chain of requirements, prerogatives and precepts for the interns, as well as for the entities. of higher education and school establishments, where the internship takes place and its contributions to the future of the profession and to be a teacher of Religious Education. As a methodology, the investigative course was developed from the possibilities of the theoretical revision, of bibliographic-documental nature, under a qualitative exploratory approach. As theoretical frameworks were used Sérgio Junqueira, João Décio Passos, Francisco Imbernón, among others. In conclusion, it was found that there is a greater participation of the faculty of the undergraduate degree in Religious Sciences of UFPB, in order to minimize or even curb the dissonance between the universe of theory and practice, as well as articulate the curriculum to the Pedagogical Political Project of the course, the Common National Curriculum Base and the National Guidelines for the Science of Religion course.

Keyes-Words: Supervised internship. Religious Sciences. Religious education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
 CAPÍTULO II - UMA VISÃO PANORÂMICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO BRASIL	
2.1 CONCEITUAÇÃO.....	27
2.2 HISTÓRICO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	28
2.3 SIGNIFICADO, FINALIDADE E PRINCÍPIOS	29
2.3.1 Significados	31
2.3.2 Finalidade.....	32
2.3.3 Princípios do Estágio	32
 CAPÍTULO III - O ESTÁGIO E SEUS REQUISITOS	
3.1 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA UFPB	36
3.2 ESTÁGIO SUPERVISIONADO NAS CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DA UFPB	41
3.3 PROPOSTA DE DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO – LICENCIATURA EM ENSINO RELIGIOSO.....	47
3.4 O ESTÁGIO E SEUS REQUISITOS.....	52
3.4.1 Objetivos	52
3.4.2 Matrícula e comparecimento regular	53
3.4.3 Pactuação entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino pelo termo de compromisso	53
3.4.4 A compatibilização do estágio à formação escolar do estagiário	54
3.5 REQUISITOS SUBJETIVOS	54
3.6 ESPÉCIE DE ESTÁGIOS.....	56
 CAPÍTULO IV - DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES AO ENSINO RELIGIOSO: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO ENSINO RELIGIOSO	
4.1 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE SOCIAL DA GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO.....	60
4.2 PERFIL DESEJADO DO FORMANDO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO.....	61
4.3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DESEJADAS DO PROFISSIONAL DE ENSINO RELIGIOSO	61
4.4. CONTEÚDOS CURRICULARES.....	62
4.5 A IMPORTÂNCIA DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES PARA A ESTRUTURAÇÃO DA IDENTIDADE DO PROFESSOR DO ENSINO RELIGIOSO.....	65
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
 REFERÊNCIAS	82

1 INTRODUÇÃO

O Estágio Supervisionado é de muita importância em face da necessidade em função da sua obrigatoriedade nos cursos superiores, em especial nas licenciaturas, a fim de que uma boa formação profissional seja produzida e proporcionada quando busca-se formar docentes que sejam mais sensíveis à realidade hodierna, proporcionando mudanças nas práticas educativas daqueles que estão ao seu redor.

O interesse pelo presente tema deu-se por motivos pessoais e acadêmicos, ainda enquanto estudante, realizando o meu estágio supervisionado no curso de Ciências das Religiões da UFPB, como será colocado mais adiante.

Outro aspecto essencial foi observando os acervos do Programa de Pós Graduação em Ciências das Religiões, verificou-se pouco mais de 02 (dois) trabalhos que tratam do tema, mas de forma secundária, não como item principal de uma pesquisa, como aqui pretende-se fazer.

Esta pesquisa foi sendo construída, desde o ano de 2012, quando se começou, no 2º período do curso de Licenciatura em Ciências das Religiões da UFPB, a cursar a disciplina Estágio Supervisionado I. Esse momento foi único, pois houve como que um “despertamento” para pesquisar sobre o tema, tanto é que em 2014, este tema serviu de base para uma monografia no curso de pós-graduação em Educação na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, intitulada: *“Questões a respeito do Estágio Supervisionado e sua importância como prática pedagógica na formação docente”*, visto que na época eu também já era graduado em Direito.

Assim, passou-se a realizar as etapas seguintes dos estágios na Licenciatura em Ciências das Religiões e muitas dúvidas e inquietações ocorreram, por exemplo o porquê de muitas vezes o estágio ser tratado apenas como um mero cumprimento de carga horária, ou porque de não seguir a ordem pré-estabelecida de observar primeiro uma aula, conhecer o contexto, posteriormente fazer anotações, reflexões e portanto criar um plano de aula e tentar colocar em prática os ensinamentos adquiridos.

Estes comentários são importantes porque também identificou-se muitos colegas que desde o Estágio Supervisionado I e II, já estavam assumindo turmas

sem ter a oportunidade de perceber a prática dos professores da escola e nem de refletir sobre elas.

Neste sentido com o andamento da Licenciatura e o avançar dos níveis do Estágio Supervisionado decidi-me continuar pesquisando e aprofundar a temática, só que agora mais especificamente, quanto ao Estágio Supervisionado e a sua contribuição para a formação do professor do Ensino Religioso.

Dessa forma surgiu no ano de 2016, o trabalho de conclusão de curso da licenciatura em Ciências das Religiões, denominado: “*A importância do Estágio Supervisionado da formação do professor de Ensino Religioso*”.

O tema proposto tem a ver com a nossa realidade educacional brasileira que precisa passar por uma urgente transformação, porque precisamos fazer com que a educação seja um espaço de transformações de realidade, criando serenidade e certeza da construção de uma sociedade mais justa e equânime.

Neste sentido, é óbvio que essa transformação não passa apenas pela formação do professor, mas sem dúvida essa é uma das questões que poderíamos chamar de peça chave, para que se possa avançar e alcançar um patamar educacional minimamente respeitável. Não é só cada vez mais a capacitação e a especialização serem características supervalorizadas, tanto no mercado de trabalho, quanto no meio acadêmico.

Com a conclusão do curso de Graduação em Ciências das Religiões (CR), na modalidade em Licenciatura Plena, (2010-2016), resolvi continuar pesquisando sobre a temática. O aprofundamento começou quando me tornei estudante do PPGCR, da Universidade Federal da Paraíba -UFPB apresento assim a minha dissertação de Mestrado como resultado das pesquisas que realizei ao longo desse tempo a partir do meu envolvimento com a temática, sempre buscando a Importância do Estágio Supervisionado para a formação de professores, mais especificamente para os professores do Ensino Religioso. Assim eu ofereço a essa dissertação questões sobre o tema formação docente com alguns aspectos inerentes ao Estágio Supervisionado em docência e mais especificamente para alunos e futuros professores do Ensino Religioso (ER), mas desta vez ampliando a discussão e inserindo as sugestões que ajudarão, através dos conceitos trazidos pelas Ciências das Religiões que ajudam na construção não só, de uma identidade do professor de ER, como traz um novo patamar de importância para a disciplina

Estágio Supervisionado, o que representa uma formação equilibrada com a diversidade que se requer hoje do professor do Ensino Religioso, bem como uma construção de uma identidade própria do graduado em Ciências das Religiões.

Os períodos que me dediquei na formação da Licenciatura em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba foram sem dúvidas um diferencial que nos traz também uma imensa responsabilidade por termos sido pioneiros em terminar um curso de Graduação precursor em Universidades Federais no Brasil, pois este curso tem a duração de 8 semestres inserida na grande área da Teologia e Religião.

É bem verdade que as Ciências da Religião (que está contemplada juntamente com a teologia na CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) é relativamente nova em nosso país, assim ainda não está clara algumas diretrizes, enquanto em 23 países, em sua grande maioria principalmente os países europeus em muitos aspectos da área das Ciências da Religião já serem consolidados.

Durante o curso, pelo menos nos primeiros períodos, não houve clareza na discussão das concepções sobre o Ensino Religioso para a prática pedagógica. Em disciplinas do Curso de Graduação em Ciências das Religiões existiam alguns pontos que abordavam esse assunto, a exemplo do Estágio Supervisionado e da Jornada em Ciências das Religiões, bem como nos próprios “Estágios Supervisionados”, que no nosso caso na UFPB, vai do ES I até o ES VII.

O ES (Estágio Supervisionado) é muito importante para o graduando, por fazer o futuro docente refletir sobre o que deve ser acrescentado a sua formação prática, para que ele dê um passo adiante e promova avanços e melhorias na conscientização dos educandos nas aulas, levando-os a desenvolver o pensamento mais amplo possível do fenômeno religioso na sociedade.

Entretanto, não há uma ampla discussão acerca da legislação do Estágio Supervisionado, bem como da importância dele na Graduação em Ciências das Religiões, na formação do professor do Ensino Religioso, como igualmente do currículo e do trabalho docente. Em uma problematização em direção oposta nas disciplinas do curso, o tema aparecia enviesado, com algumas janelas sobre o assunto.

Em outros estágios, do terceiro ao quinto período, os conteúdos chegaram a tratar de danças circulares, de religiões afro-descendentes e Religiões Orientais. Observei que a proposta era incompatível com a função de estágio, revelando certa falta de amparo pedagógico da coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências das Religiões e um pouco de ausência de sintonia com o curso de Pedagogia.

Houve neste sentido, uma desarticulação com o curso de Pedagogia, os professores saíam “lançando”, colocando qualquer conteúdo para os estágios, sem muito critério.

Nos últimos estágios da graduação em Ciências da Religião, do período que compreendeu o 6º ao 8º, os professores procuraram até mesmo pelas suas experiências, na área, fazer com que os estudantes estivessem mais livres para participar de experiências de vivência real em comunidades escolares municipais e estaduais de João Pessoa. Essa decisão tardia de promover essa tentativa foi muito prejudicial, entendo eu, para todos. A minha experiência em particular foi de não ser preparado para o Estágio Supervisionado. Foi tudo meio que no improviso, no meu caso, não sabendo quais as minhas posições a serem adotados na escola e o que eu iria trabalhar com os alunos. Fiquei ansioso e apreensivo, apesar de eu poder escolher a escola na qual eu iria estagiar. A celeuma se deu de uma forma tão incerta que a experiência de observação e a ministração foi a meu ver retardada e acabou se dando as pressas de modo que tudo terminou por me sobrecarregar.

Apesar de ter a consciência de que a professora que me acompanhava na Escola Municipal de João Pessoa onde aconteceu a minha experiência, foi profissional, participativa e solidária, o acompanhamento chegou meio que com atraso. E então, como não tive um acompanhamento adequado e oportuno, não coube mais como promover meios para que eu pudesse reaver o tempo perdido e as rugas se formaram, tanto na nossa formação, quanto na do restante de nossa turma, acredito eu.

Além dessa questão, observei por último um agravante a respeito dos estágios supervisionados. O curso nos oferece estágio, mas, o que aconteceu é que dos sete estágios que temos na graduação, as análises e as ações enquanto estagiário se deram apenas ao término do curso. As leituras e as disciplinas de estágios eram complementos das argumentações teóricas e não para a prática docente do licenciado em Ciências das Religiões.

Fica-se portanto, sem suporte pedagógico, através da maneira como os estágios foram desenvolvidos. Por meio das minhas atuações como graduando, tive sérias dificuldades para organizar os conteúdos para os estudantes, e dificuldade em lidar com os alunos e com a dinâmica de sala de aula.

Neste sentido, colhendo relatos de maneira informal, acredito que todos os colegas que se formaram em nossa turma tiveram dificuldades semelhantes para exercer suas atividades docentes de Licenciado em CR, bem como desenvolver sua prática enquanto professor de Ensino Religioso.

Uma das consequências desse processo é o licenciado, o professor, não ter segurança em mostrar a diversidade das Religiões nas aulas, e a hesitação em desenvolver atividades diferentes das tradicionais, como atividades prático-religiosas, pelo fato do curso de graduação não ter atendido a necessidade de discorrer a ligação entre, os conteúdos curriculares com a prática pedagógica em sala de aula.

Os obstáculos foram muitos e precisava que diversos pontos fossem aflorados em nome da agregação positiva a minha formação, promovendo um benefício enorme para reunir elementos que oportunizassem o sucesso na formação minha e de outros professores de Ensino Religioso.

Feito aqui colocações iniciais como parte da minha experiência no Estágio Supervisionado no Curso de Ciências das Religiões realizado, coloca-se a questão problema desta pesquisa:

Como questão problema inicial: em que medida o Estágio Supervisionado na graduação em Ciências das religiões da UFPB, pode contribuir para uma formação inicial docente mais voltada para o resgate da perspectiva da diversidade religiosa e que contemple de fato o Ensino Religioso como área de atuação do egresso?

Esta investigação teórico-documental busca analisar as perspectivas do Estágio Supervisionado em docência, mais especificamente quanto ao processo de construção da identidade profissional do ser professor de Ensino Religioso, levando-se em consideração a ligação entre teoria/prática e implicações acerca do Estágio Supervisionado no Curso de Licenciatura em Ciências das Religiões no contexto da UFPB.

Neste sentido, prioriza-se o resgate histórico acerca do Estágio Supervisionado no Brasil, bem como os aspectos técnicos, legais e pedagógicos do

mesmo, tratando-se assim de um encadeamento de exigências, prerrogativas e preceitos para os estagiários, como também para as entidades de ensino superior e os estabelecimentos escolares, onde se passa o estágio e suas contribuições para o futuro da profissão e do ser professor do Ensino Religioso.

Também como problema secundário tem-se que como identificar os mecanismos pelos quais o Estágio Supervisionado agregue na prática da formação docente, um professor de Ensino Religioso que possa ser um agente de transformação em prol da construção de uma sociedade mais fraterna, mais solidária e que perceba as diferenças sem preconceitos ou hierarquização?

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacional do Ensino Religioso (PCNER), a escola pela sua função social constitui-se no espaço de construção e ressignificação dos conhecimentos historicamente reproduzidos e acumulados, e por isso, não deve apenas transmitir conhecimentos, mas também, preocupar-se com a formação global dos alunos, utilizando-se dos mais diversos recursos para que isso aconteça.

Sendo assim, vale destacar que quanto mais formas o professor usar para dialogar em sala de aula mais bem sucedido ele será em levar à concretização as relações estabelecidas entre as mais diferentes gerações.

Passos (2007) escreve sobre a formação do professor e muitas discussões não são mais recentes e não destaco muitos comentários do texto, mas a temática que envolveu religião, por outro lado, tem uma controvérsia a respeito da influência cultural da Igreja na escola, a qual ainda vem se fortificando em muitas instituições, mesmo que em outras não, prejudicando a “construção do novo” modelo de formação de professores de Ensino Religiosos com base em Ciências da Religião.

Além desse, outros autores ajudaram-me na fundamentação teórica, tais como: Pimenta e Lima (2011). O autor Imbernón (2011) apresentou em primeiro lugar uma discussão de formação docente, na qual os professores lutam, militam e buscam por políticas públicas para a área e por suas formações.

Giumbelli (2010) emitiu um parecer crítico e reflexivo acerca dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso do Fórum Nacional Permanente do ER – (FONAPER).

O Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso (FONAPER) há mais de duas décadas, de norte a sul do país tem sido significativo no desencadear do

processo em vista da capacitação do docente, esta tomada como prioridade no conjunto de suas metas de trabalho.

O FONAPER, além de se constituir um espaço de discussão, aberto a todos os setores interessados na configuração e na prática do Ensino Religioso, nos termos da legislação vigente, tem buscado esforços contínuos no sentido de encaminhar, não somente os professores de Ensino Religioso, mas a todos os setores educacionais envolvidos em projetos específicos da questão em pauta, para um direcionamento que lhes permita a construção de novos paradigmas para a prática pedagógica na área, procurando alimentar as discussões entre todos os agentes sociais e políticos interessados.

O Fórum Nacional Permanente para o Ensino Religioso (FONAPER) propõe um objeto de estudo didático e metodológico sustentado pela epistemologia e pedagogia para o Ensino Religioso, desafiando os preconceitos na valorização da cultura de grupos religiosos presentes em nossa sociedade num Estado invisível. Ele também contribui para que os educandos tenham a oportunidade de conhecer as diversas expressões religiosas, não como instituições, mas como conhecimentos não confessionais, pertencentes à natureza humana em que a religião se faz presente:

[...] Com a Carta de Princípios o Fórum Nacional Permanente para o Ensino Religioso se caracteriza como espaço pedagógico que tende a levar o educando a ter o seu direito de conhecer, valorizar o fenômeno religioso em sua diversidade e propor reflexão para um Ensino Religioso sem nenhuma discriminação, (JUNQUEIRA; WAGNER, 2011, p. 28).

Além destes autores já citados, Silva (2011) traz a discussão sobre a reflexão da construção identitária do professor do Ensino Religioso, se valendo de aspectos como a fenomenologia e a liderança de Holanda (2011); Junqueira (2007) discute como devemos pensar o currículo na formação e outras obras do mesmo autor de 2011 com outros títulos inclusive da área do direito, Nascimento, que discute aspectos e conceitos legais do Estágio e o Martins, que descreve o mesmo, sendo mais sucinto, e que serviram para dar um embasamento teórico melhor e assegurar uma boa discussão sobre o tema do trabalho.

As técnicas metodológicas utilizadas foram:

- *Observação Direta*, a observação não participante, analisando as mudanças que ocorrem com o posicionamento de cada ponto da pesquisa;

- *Observação Indireta:* o método descritivo bibliográfico e documental, pesquisando livros, revistas, jornais e documentos como forma de averiguar outras opiniões acerca do objeto de estudo; assim documentamos tudo que foi possível, para demonstrar as implicações que um bom Estágio Supervisionado, pode produzir na formação docente do professor de Ensino Religioso. Ecoando obviamente com seus efeitos nas rotinas de sala de aula e no alunado.

Dado nosso entendimento de que a pesquisa é fenômeno de aproximações sucessivas da realidade, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados (MINAYO, 1993).

A pesquisa se desenvolveu ao longo da coleta relativos aos anos de graduação, à importância do currículo para que o licenciando em Ciências das Religiões não fique com arestas em sua prática, devido a uma má formação. Tais dados têm finalidade de aplicar os conhecimentos científicos para a solução dos mais variados problemas acerca do tema. Feita a coleta dos dados mencionados com objetividade, os resultados foram apresentados por amostragem em que foram escolhidos com grandes intenções de representar o universo pesquisado. Focalizou-se uma abordagem qualitativa, fazendo comparações.

Os capítulos foram descritos da seguinte forma: no primeiro capítulo aqui exposto, apresento o título, a justificativa, a pergunta problema, os objetivos, um resumo da fundamentação teórica, a relevância desse trabalho e a metodologia. No segundo capítulo fez-se um breve panorama histórico da trajetória do Estágio Supervisionado no Brasil, especificando a importância do Estágio Supervisionado para a formação do professor do Ensino Religioso, enfatizando o significado, a finalidade e princípios que regem o Estágio Supervisionado em nosso país. No terceiro capítulo, fez-se os requisitos do Estágio Supervisionado enfatizando sua importância no curso de Licenciatura em Ciências das Religiões, no nosso caso específico, da realidade da Universidade Federal da Paraíba.

Utilizou-se também, ainda, como fundamentação teórica relevantes as normas para a realização de Estágios Curriculares Supervisionados da UFPB (47/2007), e o regulamento do Estágio Supervisionado do Curso de Ciências das Religiões, da modalidade Licenciatura, do Centro de Educação, do Campus I da UFPB (nº 02/2011), bem como os requisitos do estágio, ressignificando as argumentações sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de

Professores, Resolução Nº 2, de Julho de 2015. Esta resolução define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

A partir da análise das Diretrizes, apresentou-se muitas dificuldades do Ensino Religioso na formação de professores, e também a ambiguidade do Art. 33, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN.

As problemáticas do Ensino Religioso são presentes e isso deve ser estudado na prática e na discussão curricular desta dissertação, bem como ao longo da formação de professores no curso de Ciências das Religiões.

Assim, é correto afirmar que o pensamento de que ao encontrar-se na Universidade com a teoria da graduação, estará tudo tranquilo, mas quando se vai tentar na prática confrontar seus conhecimentos com a realidade vivenciada em seu futuro local de trabalho o estudante/estagiário se depara com uma realidade difícil de lidar. Entretanto é justamente através do Estágio Supervisionado que ele vai acarear teoria e prática e vivenciar momentos que serão reais no seu cotidiano pós-licenciatura.

O Estágio Supervisionado trata-se de um requisito instituído pela Lei complementar 9.394/96 LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - em cursos de que tem por foco desenvolver de forma mais efetiva os meios pelos quais os docentes são formados.

A lei é geral para a educação no Brasil, entretanto é uma “lei complementar”, porque sua aprovação é mais qualificada. Para ela ser aprovada precisou da maioria total dos membros da Câmara e do Senado Federal.

Pode-se verificar que as atividades desempenhadas no momento em que o estudante estagia são de suma importância por proporcionar ao aluno o que se exige tanto no mercado de trabalho atual: a chamada experiência profissional. Essa experiência tem até certa relevância para se conquistar uma vaga no mercado de trabalho, mas não é de todo importante, pois uma boa prática adquirida durante a respectiva Licenciatura é com certeza um diferencial a ser levado em conta.

É importante mencionar que o estágio é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, lei nº 9.394/96, para os cursos de formação de professores.

O percurso do Ensino Religioso no Brasil passou por diferentes formas de viabilização e expressão, segundo o contexto histórico, político e educacional de cada época. Desde meados do século XVI, no Brasil-Colônia, coube aos representantes eclesiásticos da Companhia de Jesus, por delegação da Coroa Portuguesa, a educação dos habitantes do território em processo de descobrimento, por meio do exercício da catequese e instrução, pois o êxito da arrojada empresa colonizadora dependia da aculturação sistemática e intensiva dos povos indígenas, aos valores espirituais e morais da civilização ocidental-cristã (MATTOS, 1958).

A pedido de D. João III, a Companhia de Jesus recebeu a incumbência de formar um sistema de ensino público e gratuito. O sistema escolar por eles implantado seguiu os mesmos moldes do usado em solo português, também dirigida pelos Jesuítas. O programa de estudos era o prescrito pela *Ratio Studiorum*, que visava uma formação humanista preconizada pelo processo da Contra Reforma Européia (GILES, 1987).

A partir de 1549 são fundados seminários para a formação de sacerdotes membros da Companhia e os primeiros colégios destinados à formação de uma elite letrada. Diretamente atingida pelos editos da reforma educacional Pombalina¹, a Companhia de Jesus foi expulsa do Brasil em 1759. O objetivo desta reforma era a criação de uma escola prioritariamente útil ao Estado, que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos interesses da monarquia.

No Brasil, a educação era um privilégio de poucos e o analfabetismo era muito grande, ficando ainda maior após a expulsão dos jesuítas, pelo fato das escolas imperiais não terem alcançado êxito em sua proposta de universalizar o ensino aos brasileiros. Durante o período da monarquia constitucional, a Igreja se constituiu no principal respaldo do poder, estabelecido por conta do regime do padroado, que fazia do Imperador a autoridade maior da Igreja Católica do Brasil, sendo, por isso, a religião oficial do império (GILES, 1987).

¹ A reforma educacional pombalina foi comandada por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (primeiro ministro de Portugal de 1750-1777). Essa “reforma” aconteceu porque os padres Jesuítas foram de encontro as ideias dos colonos de apresar e escravizar os indígenas, (e consequentemente as ideias da corte portuguesa) apoiando-os (os índios) muitas vezes nessa luta. Se vendo obrigado a resolver esse conflito o Marquês de Pombal expulsou os Jesuítas das áreas e passou para as mãos do Estado português todo sistema educacional Jesuíta.

O Ensino Religioso é mencionado pela primeira vez num documento oficial relativo à educação escolar em 15 de outubro de 1827, no art. 179 da Constituição do Império, o qual ordena a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Além disso, no artigo 6º, lia-se que:

[...] os professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimaes, proporções, as noções, mais geraes de geometria prática, a gramática da língua nacional, e **os princípios de moral christã e da doutrina da religião cathólica** apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a história do Brasil (GILES, 1987, p. 67) (grifos nossos).

Portanto, durante o período imperial, Estado e Igreja Católica formaram uma parceria indissociável. Mas, com o Regime Republicano em 1889, o princípio constitucional da laicidade do Estado, resultou na separação de ambos. Nesse contexto, de acordo com Zimmermann (1998), poder-se-ia dizer, em linhas gerais, que o Ensino Religioso se apresentou em duas modalidades ao longo dessa trajetória histórica. Inicialmente, com um ensino humanista-católico. Num segundo momento, durante o período republicano, sob a égide do pensamento liberal, o Ensino Religioso é mantido na escola pública, mas sua frequência passa a ser opcional para o educando.

A primeira Constituição brasileira de 1891 declarou, no artigo 72, parágrafo 6º, que “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”, passando o Ensino Religioso a ser uma das áreas fortemente polemizadas nas discussões e encaminhamentos educacionais de então (BARBALHO, 2002).

Entretanto, a educação brasileira continuava sendo praticamente orientada pelas escolas religiosas, uma vez que os docentes, na sua maioria, eram oriundos destas escolas que primavam por uma sólida formação religiosa em seus currículos. Em todas as modalidades, o Ensino Religioso ministrado nos estabelecimentos escolares brasileiros até a promulgação da LDBEN nº 9.394/96, excetuando algumas iniciativas diferentes, como as propostas interconfessionais, particularmente realizadas na Região Sul do país (FIGUEIREDO, 1994).

No Brasil, segundo Junqueira (2002) e Caron (1997), a formação de docentes em Ensino Religioso, até a década de 1990, era orientada quase que na sua totalidade pelas denominações religiosas cristãs e, em alguns casos, ocorria em

parceria com os sistemas de ensino. Isto se dava em decorrência da linha confessional e/ou interconfessional que era adotada por esta disciplina, em consonância com a legislação vigente.

Assim, para atender à necessidade da contínua formação de professores de Ensino Religioso, desenvolviam-se cursos de Teologia, Ciências Religiosas, Catequese, Educação Cristã e outros similares. No entanto, esse tipo de formação, apesar de sua qualidade, não graduava os professores em conformidade com os profissionais da educação de outras disciplinas, que tinham suas graduações reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), dando-lhes direito ao ingresso por concurso público e, em consequência, de seguir plano de carreira funcional.

A partir da promulgação da Lei nº 5.692/71, os estados do Sul do Brasil buscaram outras perspectivas pedagógicas, levando em conta uma escola aberta a diferentes credos, embora o Cristianismo continuasse sendo o marco referencial da proposta em si. Nascia neste contexto, um Ensino Religioso que privilegiava a convivência entre cristãos de diferentes credos religiosos, de forma ecumênica. Para efetivar esta compreensão, foram criadas propostas de formação para os professores e materiais didáticos com uma linguagem diferenciada daquela adotada até então.

A partir da década de oitenta, a educação brasileira passou por uma ampla discussão, devido às mudanças sociais e políticas vivenciadas neste período, o que resultou na promulgação da nova LDBEN nº 9.394/1996.

No âmbito do Ensino Religioso, a diversidade e complexidade do contexto sócio, cultural e religioso, despertaram a necessidade de uma proposta diferenciada, que integrasse heterogeneidade, onde o acesso ao conhecimento religioso sistematizado historicamente pela humanidade fosse assegurado como um direito a todo cidadão.

Como um dos resultados dos muitos movimentos, estudos e reflexões empreendidos pelos educadores, foram elaborados em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso (PCNER), aprovados pelo Plenário do FONAPER, na sua terceira sessão em Piracicaba/SP, no mês de março de 1996. Esse documento apresenta os referenciais para um Ensino Religioso que diz:

[...] valorizando o pluralismo e a diversidade cultural presentes na sociedade brasileira, facilita a compreensão das formas que exprimem o transcendente na superação da finitude humana e que determinam, subjacentemente, o processo histórico da humanidade; (...) por isso não deve ser entendido como Ensino de uma Religião ou das Religiões na Escola, mas sim uma disciplina centrada na antropologia religiosa. (FONAPER, 1997, p. 30-31)

Apesar de todo o processo de discussão e construção nacional, a LDBEN nº. 9.394/1996, em seu artigo 33, apresentou o Ensino Religioso como sendo de matrícula facultativa, disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, oferecido sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter confessional ou interconfessional.

A compreensão do respeito à diversidade cultural religiosa presente no cotidiano da escola pública; do Ensino Religioso como um dos componentes curriculares a contribuir com o conjunto dos conhecimentos religiosos de cunho universal para “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (LDBEN nº. 9.394/96, Art. 2º), e manutenção da laicidade do Estado, suscitaram questionamentos sobre a omissão do Poder Público sob o ponto de vista legal, pedagógico e financeiro expressos na redação do referido artigo.

Nos diferentes Estados da Federação, as solicitações e discussões de entidades religiosas e civis, professores e comunidade em geral, resultaram no encaminhamento de três proposições de mudança do texto da lei à Câmara Federal.

O então deputado Roque Zimmermann (PT-PR), membro da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, foi indicado relator do processo. Com base nos projetos anteriores, estudos e contatos com o Fórum Permanente do Ensino Religioso (FONAPER), ele apresentou o substitutivo de lei, promulgado em 22 de julho de 1997, respeitando as discussões desenvolvidas. A aprovação da Lei nº. 9.475 alterou significativamente os encaminhamentos desta disciplina, que assim foi estabelecida:

[...] Art. 33 - O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1. Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2. Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso (BRASIL, 1997).

Neste sentido, foram criadas oportunidades de sistematizar o Ensino Religioso como componente curricular que não fosse doutrinação religiosa e nem se confundisse com o ensino de uma ou mais religiões (ZIMMERMANN, 1998).

A mudança de paradigma na concepção do Ensino Religioso, não mais de caráter confessional e/ou interconfessional, mas enquanto estudo do fenômeno religioso na diversidade cultural religiosa do Brasil, a elaboração dos PCNER e a exigência das demandas sociais e culturais advindas do cotidiano escolar, passaram a requerer novas propostas de formação docente para esta área do conhecimento.

Nesse sentido, registrou-se o emergente interesse, compromisso, estudo e discussão em busca de parcerias, por parte de segmentos das denominações religiosas, da comunidade acadêmica e dos sistemas de ensino, para a habilitação dos professores de Ensino Religioso, em conformidade com os encaminhamentos previstos em forma de lei.

Na construção das parcerias para a formação de docentes em Ensino Religioso, a Lei nº 9.475/1997 delegou:

a) aos sistemas de ensino, os procedimentos para a definição dos conteúdos de Ensino Religioso e as normas para a habilitação e admissão dos professores, ou seja, em consonância com a legislação maior e regulamentações que lhe seguem, fazê-lo de acordo com as peculiaridades regionais, à exemplo dos demais componentes curriculares, em cada Estado da federação;

b) As diferentes denominações religiosas constituídas em entidade civil, serão ouvidas pelos sistemas de ensino, no tocante à definição dos conteúdos da disciplina. Estas entidades civis, constituídas por representantes das diferentes expressões religiosas (matriz africana, indígena, ocidental e oriental), presentes em cada Estado, contribuirão com os Sistemas de Ensino no tocante a análise e garantia da presença da diversidade de conhecimentos religiosos nos conteúdos definidos por estes, no sentido de fidedignidade e respeito à diversidade, vedadas quais quer formas de proselitismo (FONAPER, 1997);

c) As Instituições de Ensino Superior, em sintonia com os mesmos, têm a tarefa de habilitar o profissional correspondente, fomentando o ensino, a pesquisa e a extensão dos mesmos (art.62 da LDB nº 9.394/96) (BRASIL, 1997).

Através do Fórum Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) também foi criada a Rede Nacional das Licenciaturas em Ensino Religioso (RELER).

As Universidades representadas na criação da RELER são: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Fundação Universitária Regional de Blumenau (FURB), Universidade Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ), bem como representantes da Associação de Professores do Estado de Santa Catarina (ASPERSC) e também a Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Neste sentido, diante da demanda de profissionais habilitados para ministrarem o Ensino Religioso, despontaram iniciativas de criação de cursos de Licenciatura, de graduação plena, em diferentes Estados da Federação. Santa Catarina foi o primeiro a elaborar e autorizar, em 1996, o Curso de Graduação em Ciências da Religião-Licenciatura em Ensino Religioso, seguido, no decorrer dos anos, por outros Estados.

Nestes Estados, pela primeira vez na história brasileira, a formação de docentes para o Ensino Religioso trilharia os mesmos passos e seguiria os mesmos trâmites previstos para a formação de profissionais das demais áreas de conhecimento (art.62 da LDB nº. 9.394/96), assegurando aos seus egressos o acesso à carreira do magistério e disponibilizando à sociedade brasileira, por meio do estudo do fenômeno religioso na diversidade cultural, o pleno desenvolvimento de seus educandos.

Atualmente, o envolvimento de Universidades, Secretarias de Educação, FONAPER, grupos educacionais, civis e religiosos, comprometidos com uma educação de qualidade, não se limitaram às questões relativas à formação inicial de docentes para o Ensino Religioso, mas a têm ampliado e complementado com propostas e ações na perspectiva de formação continuada, bem como com o desenvolvimento de pesquisas nesta área do conhecimento.

Januário (2008) descreve que é no momento em que o estudante está estagiando que ele assume na prática o papel de futuro professor, é através de suas visões na prática do estágio que ele passa a ver o segmento educacional com uma maior sensibilidade, tentando compreender que realidades permeiam as escolas, os alunos, os técnicos e docentes que fazem parte da mesma.

Nesse momento é oportunizada ao graduando uma chance para que ele veja se tem ou não feito a escolha certa para seu futuro profissional e se suas habilidades periciais correspondem com seu futuro até então escolhido. O

mecanismo de estágio passa a ser ofertado aos graduandos dos cursos de Licenciatura a partir da metade final dos cursos de Licenciatura para facilitar a vida do acadêmico, visto que neste momento ele já se encontra introduzido em debates acerca da profissão docente (BERNARDY; PAZ, 2013).

Já Santos Filho (2010) acredita que é graças a isto que esta experiência permite que se crie uma ligação entre as teorias absorvidas durante os períodos anteriores e a realidade de fato a ser encontrada pelos futuros docentes em suas respectivas salas de aula.

A qualificação é um elemento muito importante, pois ela proporciona uma experiência única no processo de contribuição do profissional no exercício de sua cidadania, pois é desta forma (na forma de conscientizador social) que ele irá atuar na sociedade, intervindo principalmente como um elemento de diversificação dos seus conhecimentos, permitindo que através de sua formação, muitos outros cidadãos sejam formados em questões que vão desde a percepção de um espírito crítico, como também na formação reflexiva à respeito da formação educacional do país.

Assim, o professor tem a árdua tarefa de perpetuar na sociedade as práticas e conhecimentos adquiridos na academia e que farão parte de toda sua vida profissional. É desta maneira que ele há de construir um elo entre os escritos e a prática.

Em face dessa realidade podemos preliminarmente conceber que os modelos jurídicos atuais satisfazem às necessidades de uma formação docente, mas deixam muitas arestas e demonstram carências em uma formação docente, para o estudante, da licenciatura em Ciências das Religiões da UFPB que deveria ser mais voltada para a diversidade presente atualmente nas escolas.

CAPÍTULO II - UMA VISÃO PANORÂMICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO BRASIL

2.1 CONCEITUAÇÃO

Diante dos grandes desafios impostos na formação do educador para que ele consiga se inserir no mercado, acredita-se que o Estágio Supervisionado é uma das mais importantes molas propulsoras desse processo, devido a isso, cria-se uma perspectiva muito grande na implementação de uma formação que produza profissionais mais capacitados e competentes para o mercado de trabalho.

Cada vez mais a competência e a especialização são características supervalorizadas no meio de trabalho. O interesse pelo presente tema se deu por quase não haver trabalhos na área e também pelo fato da autoria ser graduado em Direito e Especialista em Educação pela Universidade Estadual da Paraíba, mas também aluno da Licenciatura em Ciências das Religiões, que se finda agora com a produção e apresentação desta Dissertação.

Na Universidade, se depara com muito conhecimento, que é passado quase que todo conteúdo teórico. O confronto entre a realidade do Ensino Religioso e o que de fato se encontra nas Escolas é algo completamente perturbador. O Estagiário ao se deparar com essa realidade a tem por penosa e de difícil aceitação. Mas é justamente através do Estágio Supervisionado que ele vai poder tirar as suas dúvidas e as suas próprias conclusões e diferenciações entre, teoria e prática e vivenciar momentos que serão reais no seu cotidiano pós Conclusão de curso na Universidade.

O Estágio Supervisionado se trata de requisito instituído pela famigerada Lei Complementar 9.394/96 LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - em cursos de Licenciatura, cursos estes que tem por foco desenvolver a formação de novos docentes. No Ensino Religioso, não é diferente. É através da Licenciatura em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba, que, diga-se de passagem, foi a pioneira no Brasil, que isso acontece.

Pode-se verificar que as atividades desempenhadas no momento em que o estudante estagia são de suma importância por proporcionar para ele o que se exige tanto no mercado de trabalho atual: a chamada experiência profissional. Essa experiência profissional tem certa relevância para que se atinja o lugar no contexto laboral. Apesar de não ser de todo importante. Ela possui em certos casos um caráter compulsório para que haja a formação naquela respectiva Licenciatura o que se dá mais especificamente através de um cumprimento de uma carga horária estabelecida inicialmente pela instituição de nível superior a qual o estagiário está vinculado.

De acordo com Januário (2008) é no momento em que o estudante está estagiando que ele assume na prática o papel de futuro professor. É através de suas visões na prática do estágio que ele passa a ver o segmento educacional com uma maior sensibilidade, tentando compreender que realidades permeiam as escolas, os alunos, os técnicos e os docentes que fazem parte daquela. Nesse momento é proporcionada ao aluno uma chance para que ele veja se tem ou não feito a escolha certa para seu futuro profissional e se suas habilidades correspondem com seu futuro até então escolhido.

De forma geral, o mecanismo de estágio passa a ser ofertado aos graduandos dos cursos de Licenciatura a partir da metade final dos mesmos para facilitar a vida do acadêmico, visto que neste momento ele já se encontra introduzido em debates acerca da profissão docente (BERNARDY; PAZ, 2013).

Já Santos Filho (2010) acredita que é graças a isto que esta experiência permite que se crie uma ligação entre as teorias absorvidas durante os períodos anteriores e a realidade de fato a ser encontrada pelos futuros docentes em suas respectivas salas de aula.

A qualificação é um elemento muito importante, pois ela traz uma experiência única no processo de formação profissional, bem como no exercício da cidadania, pois é desta forma (na forma de conscientizador social) que o futuro docente irá atuar na sociedade, agindo principalmente na transmissão e disseminação dos seus conhecimentos, permitindo que através de sua formação, muitos outros cidadãos tenham os olhos abertos em questões que vão desde a percepção de um espírito crítico, como também na elaboração de um direcionamento de seus pensamentos à

respeito da importância de uma reformulação dos conceitos e preconceitos acerca do Ensino Religioso em nosso país.

Assim, o professor do Ensino Religioso tem a árdua tarefa de perpetuar na sociedade as práticas e conhecimentos adquiridos na Universidade e que farão parte de toda sua vida profissional. É desta maneira que ele haverá de construir um elo entre os escritos e a prática. Observando os modelos, as estruturas materiais e de ensino atuais, inferimos que o cenário brasileiro que se apresenta aos professores do Ensino Religioso carece de um rompimento com as velhas práticas de ser ministrado por professores de outras áreas, sem a formação específica, ou continuar refém de ser administrado por igrejas, fazendo com que a prática do professor possa não desvendar, tão pouco refletir e intervir na realidade de forma crítica.

2.2 HISTÓRICO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

2.2.1 - Breve Histórico

O Estágio Supervisionado como conhecemos, passa a existir no Brasil basicamente na década de 30 com a evolução da indústria brasileira, na égide de que ficou conhecido como atividades escolares. As primeiras letras jurídicas de regulamentação do mesmo datam do decreto nº 20.294 de 12 de agosto de 1931, das Leis Orgânicas de Ensino Industrial (DL 4.073/1942) e Comercial (DL 6141/1943), e que tinham como escopo principal, o complemento das atividades do binômio ensino-aprendizagem, mas ainda assim era carente de uma legislação que dispusesse de maneira clara sobre seus objetivos a serem cumpridos por professores e estagiários.

Também como norma regulamentadora tem-se uma portaria, de Setembro de 1967, cujo número era 1002, determinada pelo Excelentíssimo senhor Ministro do Trabalho e Previdência, que instituiu nas empresas e entidades e como consequência no âmbito escolar a categoria de estagiário, criando assim uma relação de fato e de direito, estabelecendo direitos e obrigações para estes e para as unidades concedentes de estágios.

Mas que apesar de tudo dizia que, entretanto, esta relação não estabelecia um vínculo de natureza empregatícia entre ambas as partes, mas sim que se tratava de uma relação de complementação da aprendizagem e de conhecimento *in loco* da rotina profissional a qual o jovem iria se submeter ao fim dos seus estudos. O contexto histórico nos traz algumas informações interessantes a respeito do processo curricular docente. A esta categoria era garantida a expedição da Carteira Profissional de estagiário, mas era discutida à época se tal medida era de ordem constitucional, pois dispunha de matéria até o momento sem regulamentação legal.

Logo após ter sido editada a Portaria nº 1002, veio a edição do decreto nº 66.546/70, com o objetivo de fornecer aos alunos de áreas como as de engenharia, tecnologia, economia e administração a chance para que exercessem em alguns órgãos e entidades públicas e/ou privadas as atividades que lhes seriam pertinentes em suas profissões.

Na data de 11 de agosto de 1971 a lei nº 5.692 deu aos alunos do ensino de 1º e 2º, (que seria hoje os ensinos fundamentais 1 e 2 e o 2º grau) graus a possibilidade de estagiarem.

Exatamente em 13 de janeiro de 1972, foi criado o Programa Bolsa do Trabalho pelo Decreto nº 69.927, que ampliou o estágio para os estudantes em todas as modalidades de ensino, ou seja, ensino médio, ensino técnico, estabelecendo uma carga horária de no máximo quatro horas diárias e vinte horas na modalidade semanal e criou também uma relação direta entre o que era fornecido ao aluno em matéria de conteúdo em sala de aula e as atividades que eram desenvolvidas na rotina do estagiário.

No dia 7 de dezembro de 1977 surgiu a lei nº 6.494, regulamentada com o Decreto nº 84.497 de 18 de agosto de 1982 que encerrou os debates no que dizia respeito à constitucionalidade da Portaria nº 1.002/67 e estabeleceu a relação de estágio. Todavia, a mencionada lei, não acrescentou nada de novo. Em muitas questões, apenas copiou os dizeres da Portaria nº 1.002/67 e o que os decretos posteriores já regulamentavam. Entretanto ela adicionou a compulsoriedade de um termo de compromisso celebrado entre o aluno e a unidade concedente, de estágio permitindo ainda a interveniência da instituição de ensino.

A Lei nº 6.494/77 não foi bem recepcionada:

[...] A Lei nº 6.494/77 não era tão rígida, proporcionando a contratação de muitos estagiários em fraude à lei, pois preenchiam os requisitos do contrato de trabalho. Na prática, o que existia era um subemprego disfarçado e o legislador não tinha os mecanismos para proteger o estagiário dessa prática. (MARTINS, 2012, p.35)

Em 25 de Setembro de 2008, foi publicada a Lei nº 11.788, que deveras revogou toda a legislação outrora citada e a partir deste momento ficou regulamentando os estágios dos estudantes no país. Essa lei foi um projeto de Lei nº 473 de 2003, que visava a incorporação de novos elementos na legislação brasileira, além de oferecer mais subsídios legais para os jovens que estavam em processo de se educarem, bem como instigar uma maior parte de empresas, universidades e escolas para que elas viessem a criar programas de estágio, favorecendo uma significativa parte dos jovens.

É importante frisar ainda que o Estágio Supervisionado proporciona uma meditação a cerca dos saberes absorvidos pelos docentes permitindo assim que nesse momento o estudante atualize seus saberes, fazendo então uma complementação ainda maior de seus objetivos e suas estratégias que obrigatoriamente estarão ligados à sua prática de ensino. Sobre isto teceremos mais considerações em tempo oportuno, ampliando seus principais aspectos e benefícios pedagógicos aos estudantes e professores do Ensino Religioso.

2.3 SIGNIFICADO, FINALIDADE E PRINCÍPIOS

2.3.1 Significados

O conceito do que viria a ser Estágio aconteceu precipuamente no art. 2º do Decreto nº 87.497, de 18 de fevereiro de 1982:

[...] Art. 2º. Considera-se estágio curricular, para os efeitos deste Decreto, as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino (BRASIL, 1982).

Entretanto com o advento da lei 11.788 de 2008, tem-se a seguinte definição com o que preceitua o seu art. 1º:

[...] Art. 1º. Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de

educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

No tocante às diferenças nas conceituações o que tem prevalecido, é o que tange ao que é importante, que é a real finalidade do Estágio Supervisionado que é o de se familiarizar com a profissão. Sendo assim deve existir um cuidado de passar ao aluno uma experiência profissional de amplitude e verdade, em que ele possa ter contato com a realidade da vida prática do magistério.

É preciso que a empresa/escola use um meio que proporcione ao estagiário um modelo profissional no qual futuramente ele irá lograr êxito em uma eventual contratação, como professor. O Estágio Supervisionado no Ensino Religioso, ou a Regência de aulas, é o ponto alto na formação do professor do Ensino Religioso. Ela é feita com a utilização de planos de aulas e materiais didáticos que são anteriormente selecionados de maneira a facilitar a compreensão das aulas ministradas pelos alunos/mestres, sendo os momentos vividos em sala de aula, objetos de posituação para reflexão e possíveis intervenções. As folhas, as fichas, os cadernos e mais recentemente os *tablets* e *smartphones*, são meios que os estagiários podem se valer para fazerem seus registros, que em um momento posterior, serão usados como objeto de reflexão para os debates e esclarecimentos, para os próprios e também para seus respectivos professores da Universidade.

É importante observar que neste relacionamento tanto o estagiário quanto a escola são importantes, mas a instituição de ensino também, porque vai partir dela as atividades de acompanhamento do estágio e do estudante. E também é ela que vai olhar de perto e verificar a evolução do estudante, mas o docente que acompanha o estagiário em sua classe é também um elemento importante nessa construção.

2.3.2 Finalidade

A finalidade do Estágio Supervisionado é o fator central na relação. É ela o elo diferenciador entre o que é um estágio, e o que é uma atividade em que se tem uma relação de emprego. Nesse caso frustra-se em tudo a possibilidade de uma melhora substancial na atividade docente, não apenas no Ensino Religioso como em

qualquer área, quer seja ela docente ou não. Essa frustração se dá, pois uma das possibilidades proporcionadas ao estudante durante a prática do Estágio Supervisionado é a de poder errar e refletir sobre seus erros, é a possibilidade de aprender com os erros dos professores da escola-pólo e não tomar para si práticas proselitistas, discriminatórias ou simplesmente caindo no erro de se parecer mais com uma relação de emprego do que com uma atividade formativa.

[...] Não obstante o estagiário possa reunir, concretamente, todos os cinco pressupostos da relação de empregatícia (caso o estágio seja remunerado), a relação jurídica que o prende ao tomador de serviços não é, legalmente, considerada empregatícia, em virtude dos objetivos educacionais do pacto instituído. (DELGADO, 2008, p. 323).

O conceito do que é estágio se torna importante, pois é dele que tiramos algumas informações e seu fim. É deste conceito que é em sua maioria pedagógico, que se torna possível o fluir das competências inerentes às atividades desenvolvidas em sala de aula, promovendo assim uma contextualização dos currículos pensados, que tem como fim a possibilidade de um desenvolvimento educacional voltado para à vida e enquanto cidadão.

É justamente por isso que a finalidade do estágio é tão importante e não pode ser frustrada, pois os objetivos do estágio tanto em outras áreas como no Ensino Religioso é o de aprendizagem, cuidando sempre para que não seja diferente deste, pois se assim acontecer, estaremos diante de uma relação de emprego, com todos os requisitos preenchidos, quais sejam: pessoalidade, onerosidade, subordinação, não eventualidade, pessoa física.

Quanto às atividades realizadas pelo estagiário na parte concedente, estas serão idênticas às realizadas pelos empregados da empresa que atuam na mesma área de conhecimento do estagiário.

Desta forma entende Mascaro (2011) que o Estágio, como prática que é só pode ser realizado por intermédio do trabalho, e que este é igual para o empregado e o estagiário, diferindo-se ambos apenas por uma questão de grau.

2.3.3 Princípios do Estágio

Segundo Sobrinho (2008), o contrato de estágio é estabelecido por três princípios: o princípio da ligação pedagógica, o princípio da adequabilidade e por

último o princípio de rendimento, que vão sintetizar como o estágio deve ser realizado.

No intuito de que se tenha uma melhor compreensão das disciplinas da prática de ensino do Estágio Supervisionado no Ensino Religioso, é necessária a observação de como se dá a concepção pedagógica que achamos estar implicitamente alocada na maneira em que forma-se e treina-se professores em atividades práticas.

O Ensino Religioso continua compreendido como elemento do sistema religioso, por muitos setores educacionais, lideranças religiosas, parlamentares e outros agentes sociais e políticos que entram nas discussões durante a implementação da disciplina, que teoricamente evoluiu e alcançou o *status* de área de conhecimento.

No nosso país, vemos que quase que sempre, mais precisamente na época da monarquia foi dada a impressão e a ideia de um Ensino Religioso compreendido como ensino da religião, ou algo dependente dessa. Sem indagarmos se aquele método foi ou será eficaz em nossa realidade social, em nossas possibilidades e principalmente em nossas características de ser como somos nos limitamos há apenas copiar um modelo, o que pode dar certo, ou não.

É importante refletir sobre o princípio da ligação pedagógica, pois em uma reforma implantada em 1890 na Escola Normal em São Paulo, a prática de ensino indispensável era considerada deveras importante, mas o primeiro olhar era o de que a observância do princípio da ligação pedagógica tem de ser seguido, pois é ele que reza que o estágio é um ato educativo com finalidade pedagógica, que visa apresentar ao estudante a aplicação da teoria trabalhada em sala de aula; o princípio da adequabilidade está ligado intimamente ao anterior e determina que a atividade do estágio precise ser alinhada a uma formação profissional que tenha sido escolhida pelo aluno e precisa ter consonância com o plano de curso, além do mais a instituição concedente precisa oferecer instalações que possuam maneiras de propiciar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural. Quanto a isto os escritos de Cassar tem algo deveras peculiar a nos trazer:

[...] Considera-se estagiário o estudante que, sem vínculo de emprego, presta serviços a uma pessoa jurídica, que lhe oferece um procedimento didático-profissional, que envolve atividades sociais, profissionais e culturais, através da participação em situações reais de vida e de trabalho,

sob a coordenação da instituição de ensino, estágio curricular (CASSAR, 2010, p. 319).

O princípio de rendimento vai ter a sua concretização estritamente ligada à realização e efetivação dos outros princípios mencionados antes, pois estabelece que o estágio deva ter um caráter efetivo e eficiente, no que tange ao cumprimento da diretriz, da complementação do ensino e da qualificação do aluno.

CAPÍTULO III - O ESTÁGIO E SEUS REQUISITOS

3.1 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

A legislação que regulamenta o Estágio Supervisionado na Universidade Federal da Paraíba é a resolução 47/2007 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O art. 1º, da resolução 47/2007, em seu parágrafo único, mostra que o estágio curricular supervisionado é um componente curricular norteado pelos princípios da integração teoria-prática e da intrínseca relação entre ensino-pesquisa-extensão, e que o mesmo é realizado pelo aluno na própria Instituição, ou em unidades concedentes de estágios, sob a forma de vivência profissional prática, acompanhada e constituída pelos projetos políticos pedagógicos – PPP, dos cursos de graduação.

Neste sentido, chama a atenção em especial para os cursos de Licenciatura, que são os que formam e treinam os estudantes para a prática em sala de aula. O processo de Estágio Supervisionado aqui investigado iniciou-se no período de 2011.2, através da observação participante durante a realização do curso de Licenciatura plena de Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e consistiu cerca de 420 horas/aulas distribuídas no 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7.º e 8.º períodos do curso de Licenciatura Plena.

O Estágio Supervisionado I (60 horas) ocorre, já a partir do 2º período. Os estagiários começam primeiro, teoricamente apenas fazendo uma observação e relatando através de apontamentos suas experiências. Isso se passa geralmente no Ensino Fundamental (tanto o fundamental I, como o fundamental II). Esses relatórios de aulas são acompanhadas pelo professor supervisor e pelos professores das escolas, conveniadas.

No estágio supervisionado II, acontece mais ou menos a mesma coisa, visto que ainda se esta no processo de observação e anotação do que é dinamizado nas aulas.

Nos estágios, III, IV e V, já começa um processo maior de intervenção dos estagiários nas aulas, fazendo com que ocorram momentos de reflexão em que

todos envolvidos no processo de ensino-aprendizado discutam o conteúdo e as aulas.

Nos estágios supervisionados VI e VII a prioridade é a explanação de aulas por parte dos estagiários nas turmas de Ensino Fundamental, não deixando para trás as características de intervenção e reflexão outrora mencionadas.

A organização e gerenciamento dos estágios curriculares supervisionados é de responsabilidade da coordenação de estágio em monitoria – CEM, e isto está posto no art. 2º da resolução 47/2007.

Todos os componentes curriculares tem seus objetivos, pois são através deles que há mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Por exemplo, no art. 3º os objetivos do Estágio Curricular Supervisionado são:

- [...] I - Contribuir para a qualidade da formação acadêmico-profissional por meio da integração da teoria com a prática e do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao desempenho profissional qualificado;
 - II - Inserir o aluno na sua realidade social, econômica, política e cultural, ampliando as oportunidades de observação, interlocução e intervenção para o exercício profissional;
 - III - Promover a integração entre a Universidade e a sociedade.
- (RESOLUÇÃO 47/2007)

Nos artigos 4º e 5º, 6º e 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13 e 14, tem-se que as modalidades de estágio curricular supervisionado, se dividirá em obrigatório, ou não-obrigatório, bem como suas características e requisitos.

- [...] Art. 5º O estágio curricular supervisionado obrigatório constitui-se em um componente pedagógico para formação profissional do aluno, desenvolvido mediante uma disciplina específica do currículo pleno dos cursos e com as seguintes características:
 - I - acesso por matrículas, conforme disposto no Regimento Geral da UFPB;
 - II - especificação de código, carga horária, créditos e, se houver, pré-requisitos;
 - III - duração não inferior a 1 (um) semestre letivo;
 - IV - carga horária estabelecida no projeto político-pedagógico de cada curso;
- Parágrafo único. Em casos excepcionais, a critério do colegiado de curso, o estágio poderá ser desenvolvido de forma concentrada, respeitando-se a carga horária prevista para este componente;
- V – regulamentação por documentos pertinentes (Ementa, Plano de Atividades de Estágio, Termo de Compromisso de Estágio);
 - VI – vinculação ao campo de formação profissional e a uma situação real de trabalho;

VII – acompanhamento por profissional da unidade concedente e vinculada ao campo de estágio;

VIII – orientação e supervisão por professor designado pelo Departamento;

IX - verificação do rendimento do aluno, regulamentada por normas superiores da UFPB, considerando as especificidades de cada curso.

Art. 6º O estágio curricular supervisionado não-obrigatório constitui-se em atividade complementar à formação acadêmico-profissional do aluno, compatível com seu horário acadêmico, e poderá ser considerado um componente curricular optativo ou flexível, observados os seguintes requisitos:

I – Regulamentação pelo Colegiado do Curso;

II – Atendimento ao disposto no parágrafo único do inciso IV e nos incisos V, VI, VII e VIII do Art. 5º desta Resolução.

III - Comprovação de matrícula regular na UFPB e de que esteja cursando, no mínimo, o 3º período do curso, ou no período pré-estabelecido por cada curso;

IV - Duração de um ano, podendo ser renovado, uma única vez, por igual período, com carga horária de 12 horas, e no máximo de até 30 horas semanais.

Parágrafo único. As atividades desenvolvidas no estágio poderão ser registradas no Histórico Escolar do aluno até o máximo de 4 créditos, e carga horária de 360 horas, uma única vez, exceto quando houver limites diferentes para o curso fixados na legislação superior.

Art. 7º Para que o estágio curricular supervisionado seja realizado, é imprescindível que as instituições concedentes de estágios tenham convênio estabelecido com a UFPB, com esta finalidade específica e prazo de vigência de, no máximo, 5(cinco) anos.

Art. 8º A UFPB poderá recorrer aos serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico adequado.

Parágrafo único. Os agentes de integração poderão atuar com os seguintes objetivos:

a) Identificar oportunidades de estágios curriculares supervisionados junto a pessoas jurídicas de direito público e privados;

b) Facilitar o ajuste das condições dos estágios curriculares supervisionados, segundo instrumento jurídico mencionado no artigo 7º;

c) Prestar serviços administrativos de cadastramento de estudantes, campos e oportunidades de estágios curriculares supervisionados obrigatórios e não-obrigatórios;

d) Enviar relatórios periódicos à UFPB sobre a atuação dos estudantes nos campos de estágios curriculares supervisionados.

Art. 9º A instituição de ensino, diretamente, a unidade concedente, ou o agente de integração, providenciará a cobertura do seguro de acidentes pessoais em favor do estudante dependendo da modalidade do estágio curricular supervisionado.

Parágrafo único. Nos casos dos estágios curriculares supervisionados obrigatórios, a instituição de ensino se responsabilizará pela cobertura do seguro de acidentes pessoais em favor dos estudantes vinculados aos seus cursos.

Art. 10 Para a realização de estágio curricular supervisionado haverá a formalização de Termo de Compromisso de Estágio – TCE, para cada estagiário, assinado pela unidade concedente e pelo estagiário, com a anuência da Coordenação de Curso e com a interveniência da UFPB, por intermédio da Coordenação de Estágio e Monitoria –CEM/PRG.

§ 1º O início do estágio dar-se-á após a assinatura do TCE pelas unidades envolvidas;

§ 2º Para realização dos estágios curriculares supervisionados, será necessária a apresentação de Plano de Atividade de Estágio – PAE, detalhando as atividades a serem desenvolvidas;

§ 3º O estágio curricular supervisionado realizado em setores da própria UFPB, estará isento da celebração de convênio;

§ 4º O estágio curricular supervisionado não cria vínculo empregatício de qualquer natureza;

§ 5º Em nenhuma hipótese, poderá ser cobrada ao estudante qualquer taxa adicional referente às providências administrativas para obtenção e realização do estágio curricular supervisionado;

§ 6º Quando se tratar de estágio curricular supervisionado não-obrigatório de aluno da UFPB, realizado na própria Universidade, serão observados as seguintes condições:

I - celebração de TCE com a Unidade ou órgão concedente do estágio;

II – inclusão do estagiário na apólice de seguro em grupo da UFPB, paga com recursos da unidade ou órgão concedente do estágio;

III – vinculação ao campo de formação profissional em uma situação real de trabalho;

IV – acompanhamento por profissional da unidade concedente, vinculada ao campo de estágio;

V - elaboração de Relatório das Atividades de Estágio.

Art. 11. Aplica-se o disposto no artigo 10, seus parágrafos e incisos às renovações de Termos de Compromisso de Estágios.

Art. 12.O Estágio Rural Integrado – ERI e o Internato Médico serão objetos de convênios específicos, devendo, no entanto, ser enquadrados nas normas de estágio vigentes na UFPB, em relação à formalização de TCE e ao seguro de acidentes pessoais.

Parágrafo único. O aluno não deverá se ausentar para o ERI, em hipótese alguma, sem a prévia formalização de Convênio de Estágio Rural Integrado, Termo de Compromisso de Estágio e seguro contra acidentes pessoais.

Art. 13.A supervisão de estágio dar-se-á conforme as seguintes modalidades, de acordo com a especificidade de cada curso e a regulamentação do respectivo colegiado do curso:

I - supervisão direta: acompanhamento e orientação do estagiário por meio de observação contínua e direta das atividades desenvolvidas no campo de estágio, por um professor supervisor;

II - supervisão semi direta: acompanhamento e orientação do estagiário por meio de orientações individuais e coletivas na UFPB ou no campo de estágio, bem como visitas sistemáticas ao campo de estágio pelo professor supervisor, que manterá contatos com o profissional da Unidade concedente responsável pelo estagiário.

Art. 14.O estágio curricular supervisionado será avaliado ao final de cada período letivo, ou a cada 4 meses, por meio do Relatório de Atividades de Estágio – RAE, ou por instrumento estabelecido pelo programa de Estágio de cada curso. (RESOLUÇÃO 47/2007)

Os arts.15 e 16 estabelecem quais são os órgãos da Universidade Federal da Paraíba, que são responsáveis pela coordenação, avaliação e supervisão das atividades do estágio curricular supervisionado, bem como suas atribuições, vejamos:

[...] Art. 15.O estágio curricular será desenvolvido sob a coordenação, docência, orientação, avaliação e supervisão das seguintes unidades:

I – Coordenação de Estágio e Monitoria, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação;

II - coordenações de cursos;

III - chefias de departamentos;

IV - Coordenação de Escolaridade - CODESC.

Art. 16.Compete à Coordenação de Estágio e Monitoria:

- I - administrar e supervisionar a política de estágio da UFPB;
- II - prestar orientação técnica-normativa;
- III - promover a integração entre as unidades acadêmicas e as Instituições de Direito Público ou Privado, bem como entre as Organizações sociais de interesse público, possibilitando a realização de estágios curriculares;
- IV - zelar pelo cumprimento da legislação vigente. (RESOLUÇÃO 47/2007)

As coordenações dos cursos não tinham sido citadas até o momento, mas desenvolvem um protagonismo no desenrolar do estágio supervisionado na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, porque, entre outras responsabilidades são das coordenações dos cursos a atribuições de fazer o planejamento e a programação entre os departamentos e o acompanhamento pedagógico, isso está posto nos arts. 17, 18, 19 e 20:

[...] Art. 17. Compete às coordenações de cursos:

- I - Captar e negociar ofertas de estágio curricular junto a instituições concedentes de estágios;
- II - Fornecer à Coordenação de Estágio e Monitoria o número de alunos disponíveis para estágio, e as alocações junto às Instituições concedentes, observados as exigências dessa norma;
- III - Promover, em integração com as Chefias dos Departamentos, o planejamento, a programação, o acompanhamento pedagógico e a avaliação do estágio, prevendo-se as seguintes funções:
 - a) Orientador de estágio – docente responsável pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estagiário junto ao curso;
 - b) Supervisor docente – docente da UFPB responsável pelo acompanhamento pedagógico, supervisão e avaliação do estágio;
 - c) Supervisor da unidade concedente – profissional pertencente à unidade concedente do estágio, devidamente habilitado e responsável pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estagiário, no local de desenvolvimento das atividades de estágio.
- IV - Encaminhar a CEM/PRG, no início de cada período letivo, relação contendo nome, matrícula, data de nascimento, CPF dos alunos matriculados na(s) disciplina(s) estágio curricular supervisionado obrigatório, e dos concluintes, para inclusão e exclusão respectivamente, na apólice coletiva de seguro de acidentes pessoais da UFPB.

Parágrafo único. O colegiado do curso poderá, de comum acordo com o departamento, criar uma Coordenação de Estágios, a qual passará a administrar os estágios curriculares supervisionados do curso.

Art. 18. À chefia dos departamentos caberá atender às solicitações das coordenações de curso no tocante às necessidades de pessoal docente para executar as atividades previstas no inciso III do Art. 17.

Art. 19. À Coordenação de Escolaridade – CODESC, competirá fornecer à CEM/PRG relação nominal dos alunos, por curso, matriculados para realização de estágio curricular supervisionado obrigatório no período letivo.

Art. 20. A realização de estágio curricular supervisionado obrigatório por alunos da UFPB em outras Instituições de ensino observará as seguintes disposições:

- I - celebração prévia de convênio de estágio;
- II - assinatura de Termo de Compromisso de Estágio – TCE com a instituição de ensino, com cobertura do seguro de acidentes pessoais, pagos pela UFPB;
- III - duração máxima do estágio curricular supervisionado de seis meses, podendo ser renovado por mais seis meses;

IV – condição de regularidade de matrícula do aluno na UFPB;
 V - apresentação do Plano de Atividades de Estágio – PAE, aprovado pelo Colegiado do Curso de origem, a ser desenvolvido na Instituição anfitriã;
 VI – apresentação de carta de aceitação da instituição anfitriã com indicação do docente orientador/supervisor. (RESOLUÇÃO 47/2007)

3.2 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES, NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

As Ciências das Religiões como modalidade de licenciatura e área de conhecimento ofereceu em seu desenho curricular aspectos e concepções nas dimensões plurais. Esse desenho em vigor tem o objetivo de conceber um percurso comum com as demais licenciaturas que é o de formar professores. Por sua vez, este desenho curricular não pode ser uma matriz curricular do Projeto Político Pedagógico do Curso gradeada, é previsto que a matriz execute disciplinas que tenham relação com a área a qual o professor será habilitado.

[...] O perfil profissional do egresso do Curso de Graduação em Ciências das Religiões está moldado para que ele possa: pensar o local simultaneamente com o global. Exercitar uma efetiva visão multidisciplinar. Integrar subjetividade e objetividade. Ser simultaneamente agente e sujeito de sua formação. Ser um profissional competente. Saber fazer uma reflexão crítica sobre o fenômeno religioso (MIELE, 2010, p. 41).

A partir dessa concepção, compreende-se que o perfil profissional do graduado em Ciências das Religiões integra o conhecimento crítico, reflexivo do fenômeno religioso, das dimensões da diversidade no cenário real e global. As Ciências das Religiões como Licenciatura tem sua função social e pedagógica importante, assim como as demais licenciaturas. No entanto, fazer o uso de várias disciplinas curriculares e articulá-las não é suficiente.

Quando falamos de entidades como, SOTER² (Sociedade de Teologia e Ciências da Religião), ABHR³ (Associação Brasileira de História das Religiões) e

²Sociedade de Teologia e Ciências da Religião. Foi fundada em julho de 1985 por um grupo de teólogos e cientistas da religião e tem a sede em Belo Horizonte–MG/BR. Essa entidade sem fins lucrativos tem como objetivo principal promover pesquisas de cunho no campo da Teologia e das Ciências da Religião e por fim, a referida Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião.

³ Associação Brasileira de História das Religiões foi fundada em 25 de junho de 1999, na cidade de Assis, organizada por um grupo de historiadores, onde teve sua origem no Trata-se de uma entidade acadêmica de caráter científico, não confessional, não religioso e apartidário, teve sua origem no

ANPTECRE⁴ (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião), elas têm ajudado muito nessa discussão, como bem fizeram ao elaborar a carta aberta sobre o acordo Brasil-Santa Sé, mas não deram uma sustentação pedagógica para o Ensino Religioso dentro da educação. Talvez, não comportem o mesmo interesse do FONAPER⁵. Até aqui entendam que o discente das Ciências das Religiões tem concepções sobre o seu perfil profissional. Por outro lado, o curso oferece ao discente, as concepções interdisciplinares, e sua função de se tornar um ser crítico e reflexivo.

As Ciências das Religiões é vista como área de conhecimento que estuda a perspectiva da diversidade, que dá aos professores de Ensino Religioso, condições para que trabalhem a diversidade no componente curricular. Para se promover a diversidade cultural na escola, o profissional da área deve se licenciar com esse objetivo em comum. Além disso, é preciso que deva fazer parte da nossa formação, o senso de construir perspectivas que problematizem o Ensino Religioso dentro de perspectiva multidimensional.

Seguindo essa linha de pensamento vê-se que, a concepção central do curso encontra-se na resolução aprovada para o curso de graduação em Ciências das Religiões da UFPB, modalidade licenciatura – nº 38/2008. O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), da UFPB, aprovou o projeto político pedagógico, no documento de oito páginas. Para que se possa justificar o mercado de trabalho do profissional da área, o documento traz a Lei de Diretrizes e Bases da

Simpósio de História das Religiões organizado pelo Departamento de História da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

⁴ Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião. Fundada em 20 de junho de 2007 na cidade de Goiás, essa entidade atualmente é reconhecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, assim como pelo Ministério da Educação – MEC. Tem como objetivo principal promover pesquisas que trabalham o fenômeno religioso nas pós-graduações de Ciência(s) da(s) Religião (ões) no Brasil.

⁵ Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso (FONAPER) há mais de duas décadas, de norte a sul do país tem sido significativo no desencadear do processo em vista da capacitação docente, esta tomada como prioridade no conjunto de suas metas de trabalho. O FONAPER, além de se constituir um espaço de discussão, aberto a todos os setores interessados na configuração e prática do Ensino Religioso, nos termos da legislação vigente, tem buscado esforços contínuos no sentido de encaminhar, não somente os professores de Ensino Religioso, mas a todos os setores educacionais envolvidos em projetos específicos da questão em pauta, para um direcionamento que lhes permita a construção de novos paradigmas para a prática pedagógica na área, procurando alimentar as discussões entre todos os agentes sociais e políticos interessados.

Educação, o art. 33. No mesmo há uma apresentação do profissional, ao final do curso e devidamente habilitado cumpre a função de docente de Ensino Religioso, vejamos novamente:

[...] Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas para a definição dos conteúdos do ensino religioso. (BRASIL, 1996)

Com o advento da resolução e ascensão do curso, aconteceram algumas polêmicas sobre sua implantação nos ambientes da UFPB. Em primeiro lugar, o curso porfiou junto aos impasses promovidos por alguns professores da mesma instituição. Depois, teve de construir uma proposta profissional para o exercício da cidadania, não nos padrões confessionais. Mesmo assim, segundo alguns professores do Departamento do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA) não concordaram e fizeram uma petição pública contra a instalação do CGCR. Diante dos impasses sofridos no referido centro, o curso passou a ser amparado pelo Centro de Educação (CE) onde está até hoje, o departamento e a coordenação de curso.

Assim, não existiu uma clareza de outros departamentos da UFPB, que aparentemente criou um curso com possibilidades de estudar o fenômeno religioso por vieses interdisciplinares e não confessionais. Quando se fala nisso a autoria se refere ao pedagógico, ao filosófico, o histórico, o antropológico e outras disciplinas e ou ciências, como a Teologia, as Ciências Sociais e até mesmo a Literatura e as Artes.

Com base nas disciplinas, o curso de Ciências das Religiões tem aspectos teóricos e metodológicos. O curso atua para a docência, formando licenciados para o cargo de professor e dentre as funções gerais de um curso, o trecho abaixo destaca, a capacitação de profissionais. Assim, tem na sua essência,

[...] Capacitar o profissional em Ciências das Religiões para exercer a docência, tratando o fenômeno religioso como característica cultural dos povos e patrimônio da humanidade, passível de ser estudado e pesquisado,

proporcionando a vivência dos valores éticos, morais e espirituais na perspectiva do exercício pleno da cidadania. (UFPB, 2008).

O trecho acima reflete um curso que quer formar um docente apto a tratar o contexto plural sem discriminações proporcionado assim um senso de cidadania. A docência em Ensino Religioso torna-se essencial no curso e estuda o fenômeno dentro da perspectiva da diversidade. As disciplinas capacitam profissionais e se tornam a base de um curso. Quando o curso abarca as disciplinas, as mesmas devem se relacionar com a vida que o profissional tem em seu campo de trabalho. A base do perfil dos docentes, reafirma:

[...] O Curso de Ciências das Religiões se propõe a dar uma formação holística, integral, constituída por meio de conhecimentos teóricos que deverão estar associados à prática da realidade profissional e social, garantindo condições para atuar como docente do Ensino Religioso, no Ensino Fundamental da Educação Básica, das redes estaduais, municipais e privadas.

O conhecimento que perfaz as diversas áreas das ciências humanas, sociais e educação permite o desenvolvimento de posturas interdisciplinares, garantindo ao professor de Ensino Religioso, articular os conhecimentos com os demais componentes curriculares da Educação Básica, bem como, com a realidade e experiências dos alunos. (UFPB, 2008).

Na proposta do curso, os profissionais se capacitam para uma docência voltada para a diversidade do Ensino Religioso e é mesmo por isso que esse curso se mantém até os dias atuais na UFPB. Porém, não se expõe clareza nos eixos estruturais da organização curricular, os quais por sua vez, torna-se uma característica importante nos cursos de Licenciatura. A organização curricular apresenta disciplinas que discorre entre o primeiro ao oitavo período. Mesmo que a proposta inicial aponte a importância do profissional, não acontece o mesmo na organização curricular, ou seja, o professor de Ensino Religioso fica sem base. Como dito essa base seria uma melhor organização e distribuição das disciplinas em seus eixos temáticos, inclusive os Estágios Supervisionados.

Talvez a base de organização curricular não seja o suficiente para se afirmar que o curso não trabalhe o profissional para o cargo de Ensino Religioso. O que se infere são concepções com base na resolução, na matriz curricular e nos trechos de algumas ementas do livro curso de graduação em Ciências das Religiões.

O Artigo 2º da Resolução CGCR nº 02/2011, que trata do Estágio Supervisionado no curso de Graduação-Licenciatura em Ciências das Religiões

alega que o Estágio Supervisionado é um componente curricular teórico-prático do processo de ensino-aprendizagem, de conteúdo obrigatório, realizado ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional em ambientes escolares, ampliar as atitudes éticas, fortalecer os conhecimentos e competências, combater os preconceitos e inibir qualquer tipo de proselitismo, tendo assim como objetivo geral propiciar ao educando o conhecimento da história, legislação e prática pedagógica no âmbito do componente curricular do ensino fundamental e médio denominado de “Ensino Religioso”.

No Artigo 3º, são descritos os objetivos específicos do Estágio Supervisionado, que são:

- I – Proporcionar aos educandos contato com a realidade educacional e o funcionamento das entidades educacionais, bem como da comunidade;
 - II – Proporcionar ao educando oportunidades de desenvolver suas competências para analisar situações e propor mudanças no ambiente educacional;
 - III – Formar profissionais inovadores, capazes de usar e aprimorar modelos, métodos, processos e tecnologias educacionais.
- Como parte do processo de compreensão referente ao Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Ciências das Religiões (CGCR), é possível visualizar os chamados componentes teóricos (CT), componentes; (UFPB, 2011)

Como parte do processo de compreensão referente ao Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Ciências das Religiões (CGCR), é possível verificar as disciplinas dos componentes teóricos (CT), componentes teórico-práticos (CTP) e componentes práticos (CP). Nesse sentido, o documento em si procura buscar iniciativas que contemplem no contexto dos estágios a relação entre “teoria e prática”, conforme vimos anteriormente.

Assim, o Artigo 4º. afirma:

- [...] Art. 4º. O ES do Curso de Graduação em Ciências das Religiões (CGCR) compreende componentes teóricos (CT), componentes teórico-práticos (CTP) e componentes práticos (CP), assim distribuídos:
- ES-I (CT): História do Ensino Religioso (ER) no Brasil;
 - ES-II (CT): Legislação do ER no Brasil e no mundo;
 - ES-III (CTP): Oficina de Teatro como instrumento didático do ER;
 - ES-IV (CTP): Danças circulares como instrumento didático do ER;
 - ES-V(CTP): Música sacra como instrumento didático para o ER;
 - ES-VI (CP): Observação da regência do ER na rede pública e particular;
 - ES-VII (CP): Observação participante junto ao professor regente do componente ER na rede pública e particular. (UFPB, 2011)

Na Resolução, a distribuição entre os aspectos teóricos e práticos e suas possíveis implicações sobre as dinâmicas relativas aos desdobramentos no contexto de sala de aula, são detalhados nos Artigos 5º, 6º. e 7º., como veremos a seguir:

[...] Art. 5º. Para efeito de distribuição da carga horária teórica e prática fica estabelecido:

I – O ES-I e o ES-II serão teóricos;

II – Do ES-III ao ES-V a carga horária será equitativa entre teoria e prática;

III – O ES-VI e ES-VII serão totalmente práticos, realizados nas escolas da rede pública e particular.

Art. 6º. Os Estágios de I a V serão avaliados de acordo com o plano de curso de cada componente curricular específico.

Art. 7º. Os ES VI e VII deverão respeitar as seguintes diretrizes:

I - Serão individuais;

II – Estarão sob a supervisão da Coordenação de Estágio (CdE);

III – O plano de trabalho do estagiário será previamente aprovado pelo NDE;

IV – O Relatório do estágio será avaliado de acordo com os objetivos específicos estabelecidos pelo Art. 3 desta Resolução, considerando o produto final e o processo de construção. (UFPB, 2011)

No Artigo. 8º, o mesmo trata sobre a Coordenação de Estágio (CdE), onde deve ser composta por um Coordenador indicado pelo Colegiado do Curso de Ciências das Religiões e por professores do Centro de Educação da UFPB.

No Artigo 12º, descreve-se as competências relativas à Coordenação de Estágio, conforme segue:

[...] I – Coordenar o planejamento e a avaliação das atividades de estágio;

II – Entrar em contato com os estabelecimentos educacionais concedentes de estágio para análise das condições específicas, tendo em vista a celebração de convênios e acordos, quando for o caso;

III – Providenciar os termos de compromisso a serem firmados entre alunos e instituições concedentes de estágio;

IV – Organizar e manter atualizado o sistema de documentação e cadastramento de estágio, registrando as instituições envolvidas e o número de estagiários de cada período de estágio;

V - Orientar o estagiário na elaboração do plano de estágio;

VI - Indicar fontes de pesquisa para solucionar as dificuldades encontradas;

VII – Manter contatos periódicos com o gestor e com o docente de classe das instituições concedentes de estágio, buscando o bom desenvolvimento das atividades, intervindo sempre que necessário. (UFPB, 2011)

O Artigo 13º, faz referência ao que de fato compete ao estagiário:

[...] I – Observar os regulamentos e exigências do campo de estágio.

II – Elaborar o plano de estágio sob orientação da CdE;

III – Permanecer no estágio até o final do tempo regulamentado;

IV – Realizar e registrar as atividades previstas no plano de estágio; V – Justificar com antecedência ao Coordenador de Estágio e ao professor da escola, quando ocorrer sua ausência na atividade prevista no plano de estágio;

- VI – Repor as atividades cuja justificativa de ausência tenha sido aceita pelo professor da escola e pelo Coordenador de Estágio;
- VII – Participar das atividades determinadas pela CdE;
- VIII – Entregar na CdE, em data previamente fixada, o relatório final de estágio;
- IX – Manter atitude ética, responsável, isenta de preconceito e de proselitismo, desejável ao desempenho profissional, nas atividades desenvolvidas durante o estágio. (UFPB, 2011)

3.3 PROPOSTA DE DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO – LICENCIATURA EM ENSINO RELIGIOSO

Uma das conquistas mais importantes dos últimos anos para a docência na área de formação do Ensino Religioso, bem como para as Ciências das Religiões, foi o do Conselho Nacional de Educação, com fundamento no artigo 210, §1º da Constituição Federal de 1988, na Lei nº. 9.475/1997, ter dado nova redação ao art. 33 da LDBEN nº. 9394/1996, em consonância com o art. 62 da mesma Lei, que instituiu a resolução que cria as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências da Religião-Licenciatura em Ensino Religioso (DCN), estabelecendo princípios, noções, condições e procedimentos a serem observados na elaboração dos projetos políticos pedagógicos, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior em todo o país.

No art. 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências da Religião-Licenciatura em Ensino Religioso, aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência do Ensino Religioso na Educação Básica:

[...] §1º Compreende-se a docência em Ensino Religioso, como ação educativa construída e focalizada na valorização e reconhecimento da diversidade cultural religiosa, presente na sociedade brasileira, por meio do exercício do diálogo, da pesquisa, do estudo, da construção, reconstrução e socialização dos saberes, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos, discutindo as relações de poder que permeiam as concepções históricas, culturais e religiosas que constituem as sociedades.

§2º O exercício pedagógico didático da docência em Ensino Religioso considera os conhecimentos anteriores dos educandos, bem como o contexto histórico-social no qual estão circunscritos, tendo em vista uma continuidade progressiva no conhecimento e compreensão do fenômeno religioso, pelo estudo, pesquisa e discussão em exercícios de alteridade, desenvolvendo um processo de reconhecimento, respeito e valorização dos diferentes e das diferenças. (BRASIL, 1997)

O art. 3º, mais especificamente em seus incisos, das diretrizes estabelece o que o curso de Graduação em Ciências da Religião-Licenciatura fornecerá em termos de estudos, pesquisa, bem como em termos práticos aos seus estudantes:

[...] I – sólida formação teórico-metodológica no campo das Ciências da Religião e da Educação, a fim de promover a compreensão crítica e interativa do contexto, estrutura e diversidade do fenômeno religioso e o desenvolvimento de habilidades adequadas à docência do Ensino Religioso na Educação Básica;

II – a construção e reconstrução do conhecimento religioso com base em conceitos, práticas e informações sobre o fenômeno religioso em suas diversas manifestações no tempo, no espaço e nas culturas;

III – o desenvolvimento da sensibilidade e da ética profissional nas relações com o fenômeno religioso, por meio de atitudes que valorizem a vida e a dignidade humana, e o reconhecimento do diferente e das diferenças no universo educacional e social, em todos os níveis de abrangência. (BRASIL, 1997)

O estudante do Curso de Graduação em Ciências da Religião-Licenciatura em Ensino Religioso trabalhará com um conjunto de informações e habilidades compostas por conhecimentos teórico-práticos interdisciplinares, cuja consolidação será proporcionada no exercício da docência, fundamentada no reconhecimento, respeito, promoção e valorização da diversidade e da alteridade, isso está disposto no art 4º:

[...] Parágrafo único. Este estudante deve dedicar especial atenção ao estudo do fenômeno religioso na diversidade cultural brasileira e mundial, numa atitude investigativa em meio a diversidades de concepções e acepções, onde se dá a complexidade da questão religiosa, entre elas o contexto escolar. (BRASIL, 1997)

É importante entender ainda que o estudante oriundo do Curso de Graduação em Ciências da Religião-Licenciatura em Ensino Religioso, deverá estar apto a algumas características, o art 5º das diretrizes tratam dessas aptidões em seus incisos:

[...] I - trabalhar pedagogicamente os conteúdos básicos objetos do processo de ensino aprendizagem do Ensino Religioso na Educação Básica, com habilidades, métodos e técnicas pedagógicas necessárias para a construção e reconstrução do conhecimento religioso pelos educandos;

II - reconhecer, respeitar e valorizar a diversidade e a complexidade das manifestações e experiências religiosas na sociedade, com sensibilidade diante de qualquer discriminação religiosa no contexto escolar e social;

III – compreender os diversos processos de aprendizagem nas diferentes etapas de desenvolvimento dos educandos, bem como contribuir na busca de respostas aos seus questionamentos existenciais, no entendimento da sua(s) identidade(s) religiosa(s) e na convivência com as diferenças;

IV – analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das suas respectivas realidades sociais, históricas, políticas e culturais;

V – compreender, respeitar e valorizar os princípios históricos, culturais, filosóficos, éticos, doutrinários e morais das diferentes matrizes religiosas (africana, indígena, oriental e ocidental);

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, as famílias e a comunidade, reconhecendo a pluralidade cultural destes contextos, assumindo a diversidade nos seus múltiplos aspectos;

VII - interpretar o fenômeno religioso na diversidade cultural local e global, com diferentes leituras, através das Ciências da Religião, da Sociologia, da Psicologia, da Antropologia, da Filosofia, da História, da Geografia, das Artes, da Teologia, da Educação e outras áreas de conhecimento;

VIII - manusear as tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas e utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

IX - aprofundar continuamente seus conhecimentos mantendo uma postura de professor pesquisador;

X - atuar com ética e compromisso, com vistas à constituição de uma sociedade justa, solidária e humana, que questione e busca intervir nas fontes geradoras do sofrimento, da ignorância e da injustiça; (BRASIL, 1997)

A estrutura do curso de Graduação em Ciências da Religião-Licenciatura, dar-se-á de forma a que se respeite a pluralidade nacional e a autonomia nacional e a autonomia pedagógica de cada instituição, isso é tratado no art 6º em seus incisos e alíneas:

[...] I - um núcleo de estudos básicos que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira e mundial, por meio do estudo acurado de literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas, articulará:

a) a formação acadêmica, os fundamentos da Educação Básica e a formação docente de Ensino Religioso, por meio de estudos teóricos e práticos dos princípios, concepções, metodologias e processos de organização do trabalho docente, oriundos das diferentes áreas do conhecimento;

b) o estudo das culturas e tradições religiosas, analisando os princípios históricos, culturais, filosóficos, estéticos, éticos, doutrinários e morais das diferentes matrizes religiosas (africana, indígena, oriental e ocidental);

c) o estudo dos textos sagrados orais e escritos, compreendendo-os em suas matrizes epistemológicas e culturais;

d) o estudo das concepções teológicas das diferentes matrizes religiosas (africana, indígena, oriental e ocidental), considerando a multiplicidade das manifestações religiosas nas compreensões das divindades, ritos, símbolos e práticas de espiritualidades, respeitando suas realidades culturais, históricas e geográficas;

e) o estudo, aplicação e avaliação dos dispositivos legais e dos pressupostos teórico-metodológicos da Educação Básica e do Ensino Religioso;

II - um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos voltados às áreas das Ciências da Religião e da Educação, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições e que, atendendo a diferentes demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

a) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem, que contemplem a diversidade cultural e religiosa da sociedade brasileira;

b) atividades práticas desenvolvidas com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o respectivo registro das observações e a simulação de resoluções de situações-problema, a fim de elaborar propostas educacionais consistentes e inovadoras;

III - um núcleo de estudos integradores que proporcionará enriquecimento curricular por meio da participação em:

a) Atividades de caráter científico, cultural e acadêmico que possam enriquecer o processo formativo dos graduandos, como por exemplo, a participação em eventos, apresentações, exposições, estudos de casos, visitas, ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário, produções coletivas, monitorias, resolução de situações-problemas, projetos de ensino, entre outros, devidamente orientados pelo corpo docente da instituição de educação superior;

b) atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos. (BRASIL, 1997)

Aspectos como carga horária, quanto aos conteúdos a serem trabalhados são tratadas no art. 7º:

[...] O Curso de Graduação em Ciências da Religião-Licenciatura em Ensino Religioso, terá a carga horária mínima de 2.800 horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas:

I – 1.800 horas de conteúdos curriculares de natureza científico-culturais específicos do campo das Ciências da Religião e da Educação, incluindo atividades formativas como assistência às aulas, realização de seminários e participação na realização de pesquisas;

II – 400 horas de prática como componente curricular, realizadas articuladamente às questões pedagógicas e metodológicas dos conteúdos curriculares de natureza científico-culturais;

III - 400 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado em todos os níveis da Educação Básica, caracterizadas por um trabalho prático-reflexivo devidamente acompanhado pelos docentes do curso, no qual os graduandos desenvolverão atividades pedagógicas rigorosamente planejadas;

IV - 200 horas de atividades de aprofundamento acadêmico-científico-culturais, em áreas específicas de interesse dos licenciandos, articuladas ao campo das Ciências da Religião e da Educação;(BRASIL, 1997)

Seguem os arts. 8º e 9º:

[...] Nos termos do projeto pedagógico da instituição, a integralização de estudos será efetivada por meio de:

I - disciplinas, seminários e atividades de natureza teórica e prática que farão a introdução e o aprofundamento de estudos, situando processos de aprender e ensinar historicamente e em diferentes realidades sócio culturais, que proporcionem fundamentos para a docência em Ensino Religioso;

II - práticas de docência em Ensino Religioso que possibilitem aos licenciandos a observação, acompanhamento, participação no planejamento, execução e avaliação de aprendizagens e/ou de projetos pedagógicos;

III - atividades complementares envolvendo o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Conclusão de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de educação

superior ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais, entre outras;

IV - estágio curricular a ser realizado em todos os níveis da Educação Básica, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos, experiência na docência em Ensino Religioso nos diferentes contextos escolares;

Art. 9º Os cursos a serem criados em instituições de educação superior, que visem à Licenciatura para a docência do Ensino Religioso na Educação Básica, deverão ser estruturados com base nesta Resolução

A pertinência da análise e estudo do fenômeno religioso na diversidade cultural religiosa brasileira; a carência de uma docência qualitativa e significativa para este componente curricular; a pequena oferta de formação docente para o Ensino Religioso em consonância com a atual legislação brasileira; a urgência de formação de profissionais devidamente habilitados numa perspectiva de organização epistemológica e pedagógica, são alguns dos motivos que mobilizam e subsidiam o encaminhamento deste documento. (BRASIL, 1997)

A mudança decorre do conjunto de reflexões, estudos, ações e pesquisas desenvolvidos nos últimos anos, das mais de vinte edições do Seminário Nacional de Formação de Professores para o Ensino Religioso, promovidos pelo FONAPER; com a contribuição de ajudar os novos docentes do curso de Ciências das Religiões, dos diferentes projetos de Curso de Graduação em Ciências da Religião-Licenciatura, oriundos e reconhecidos em diferentes Estados da Federação; das inúmeras pesquisas e produções acadêmicas produzidas em diferentes Instituições de Ensino Superior de todo o país; da Reunião Nacional das Universidades envolvidas com a formação de professores de Ensino Religioso, juntamente o FONAPER.

O Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso/FONAPER é uma associação civil de direito privado, de âmbito nacional, sem vínculo político-partidário, confessional e sindical, sem fins econômicos, que congrega, conforme seu Estatuto, pessoas jurídicas e pessoas naturais identificadas com o Ensino Religioso Escolar e se constitui em um organismo que trata de questões pertinentes ao Ensino Religioso, sem discriminação de qualquer natureza. Criado em 1995, vem desde então buscando acompanhar, organizar e subsidiar o esforço de professores, associações e pesquisadores no sentido de efetivar o Ensino Religioso como componente curricular. Tornou-se um espaço de discussão e ponto agregador de ideias e propostas na construção de projetos concretos para a operacionalização dessa disciplina na escola.

3.4 O ESTÁGIO E SEUS REQUISITOS

Segundo dispõe Sobrinho (2008) o estágio pode ser de duas naturezas, as quais são do tipo objetiva e subjetiva. A primeira se remete a questão de: O que se exige para poder celebrar o estágio? Já a segunda descrição ocorre quando fazemos a pergunta: Quem pode celebrar o estágio?"

3.4 1. Requisitos objetivos

Os requisitos objetivos são assim chamados, pois são características específicas de cunho formador que aos serem transfiguradas, modifica a natureza de cunho pedagógico do estágio que é a observação e aprendizado por parte do aluno. Estes objetivos são bem claros quanto à metodologia que deve ser empregada por parte dos orientadores e inclusive são estabelecidos por lei, e valem também para o Ensino Religioso e constam mais especificamente no art. 3º da lei nº 11.788/2008, senão vejamos:

[...] Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária. (BRASIL, 2008)

Esses requisitos são indispensáveis quanto à sua aplicação no estágio e a validade do estágio depende dos mesmos. A não observação quanto ao cumprimento de um deles ou de todos eles trará como consequência irremediável a má formação, que acarretará na formação de um professor de Ensino Religioso sem qualquer comprometimento com o senso crítico, para a nossa sociedade

brasileira. E em casos mais sérios podendo chegar à mudança do estágio em vínculo empregatício, o que seria totalmente complicado para o futuro da profissão docente no país.

3.4.2. Matrícula e comparecimento regular

É importante entender que a validade do estágio esta vinculada a matrícula por parte do aluno em um dos tipos estabelecidos pela Lei. Além do que é preciso que o estagiário esteja matriculado e frequentando efetivamente as aulas. Essa verificação destes requisitos é feita por parte da instituição de ensino à qual ele está vinculado, mas é importante também que a instituição também veja em que data se dará o término de seu curso.

Outro aspecto importante que não pode deixar de ser observado é a compatibilidade de horários entre o período de estágio e o período de aulas do estagiário, que de forma alguma poderão coincidir, bem como a previsão máxima de carga horária que não poderá ser superada.

3.4.3. Pactuação entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino pelo termo de compromisso

Com a nova lei de estágio, tornou-se indispensável entre as partes a celebração do termo de compromisso de estágio logo no início do mesmo, evitando assim dores de cabeça para a escola em uma possível visita de um representante do Ministério do Trabalho e Emprego.

O Ministério do Trabalho e Emprego consta de uma cartilha na qual ele explica justamente a importância do cumprimento dos requisitos legais na celebração do termo de compromisso, por ambas as partes, bem como do pagamento de bolsa ou outra forma de prestação pecuniária se houver, auxílio-transporte, fornecimento do recesso no período de vigência do estágio, atitudes que dão ensejo para rescisão do termo de compromisso de estágio, vigência do estágio,

carga horária do estagiário, horário de realização de atividades do estágio, identificação das partes, responsabilidades/obrigações de cada uma das partes, etc.

3.4.4. A compatibilização do estágio à formação escolar do estagiário

Para que haja crescimento profissional do estagiário não apenas no Ensino Religioso como em outras áreas de outros curso de Licenciatura, é necessário que as funções exercidas pelo estagiário no estágio tenham de alguma forma ligação direta com o plano pedagógico do curso feito pelo estagiário de Ensino Religioso, pois só assim se está dando mais um pequeno passo na formação para os futuros docentes. Assim, a importância do estágio ser desenvolvido dentro da área específica para cada graduando.

No intuito de que não haja descontrole e a desvirtuação do fim para o qual o estágio foi criado, é deveras necessário que neste momento seja feito um acompanhamento do professor que tem a função de orientador na instituição de ensino. Também é necessário que haja supervisão pela parte da instituição que concede o estágio, é função da Coordenação do Estágio, que o professor do Ensino Religioso da escola, onde será o estágio, se empenhe em ajudar o estagiário. Estes profissionais mencionados são indicados no momento da celebração do estágio e serão eles que ficarão incumbidos de no caminhar do estágio darem vistos nos relatórios apresentados pelos estagiários.

3.5. REQUISITOS SUBJETIVOS

Em conformidade com o que foi dito anteriormente o estágio é uma relação triangular (isso pode ser observado na celebração do termo de compromisso), tendo em vista a obrigatoriedade do estagiário, da instituição concedente e da instituição de ensino, caracterizando-se assim o contrato de estágio.

Não há como fugir da realidade de que o estagiário é sempre um graduando, e que este precisa se inserir, ou estar inserido, numa Instituição de ensino de Licenciatura.

Além disso, a Lei 11.788/2008 dá aos jovens que por algum motivo de ordem social como violência no lar, gravidez na adolescência, desigualdade financeira, abandono ou evasão e que não tiveram a oportunidade de terminarem seus estudos na idade certa, ou cursam a EJA, o direito de serem estagiários, bem como o estrangeiro que em alguma dessas situações mencionadas esteja em território brasileiro efetuando seus estudos de forma regular.

É importante saber que a legislação específica não determina idade mínima para o início das atividades como estagiário, tarefa essa que vem a ser desempenhada pela Constituição Federal de 1988, que no art. 7º, par. XXXIII é taxativa ao dizer que os menores de dezesesseis anos não podem exercer nenhum tipo de trabalho, exceto na condição de aprendiz, contemplemos:

[...] Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. (BRASIL, 1988)

Outro ponto importante é que a condição de estagiário não se perpetuará com o encerramento do curso de Ciências das Religiões. É normal que ao ter a conclusão de seu curso concretizada o estagiário se desvincule do cargo que exerce. Permanecendo, no entanto, a relação de aprendiz deixará de existir, e passará a se configurar relação de emprego.

Outro requisito subjetivo tem a ver com o fato de que as instituições de ensino podem ser de natureza pública ou privada e o seu dever no acompanhamento das atividades, bem como dos alunos para comprovar a execução do projeto pedagógico, são atividades desempenhadas no estágio e que devem estar de acordo com o próprio projeto pedagógico.

Dessa forma podemos concluir com Comênio (1957) que o conhecimento teórico é também uma espécie de ensino e aprendizagem que se baseia em atividades de caráter prático e que se concretiza através de um plano específico. Seu método é utilizado e temos uma maneira mais segura de extrair do Estágio Supervisionado, ensinamentos para a vida na docência no Ensino Religioso, sem tantos percalços, com celeridade e economia de tempo e esforços.

3.6. ESPÉCIES DE ESTÁGIO

Essa classificação vem do artigo 2º, da lei nº 11.788/2008 que estipula duas espécies de estágio, que se diferenciam quanto à sua compulsoriedade, as quais são: estágio obrigatório e estágio não obrigatório. Essa diferença só é, no entanto percebida se partirmos para uma análise do projeto pedagógico apresentado pelo curso em questão.

Reconhecemos, entretanto que se trata de estágio obrigatório se o mesmo é uma determinação explícita do projeto pedagógico do curso, situação na qual um cumprimento mínimo de carga horária passa a ser pré-requisito indispensável na expedição e obtenção do diploma por parte do estagiário. Nesse caso existe uma quantidade mínima de horas que deve ser observada, além do que existe um compromisso de fornecimento de relatórios do estágio para com a qual o estagiário é aluno de graduação.

[...] A jornada de atividade em estágio não deve ultrapassar:

- a) 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;
- b) 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular;
- c) 40 (quarenta) horas semanais, no caso do estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, desde que previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino (incisos I, II e § 1º do art. 10 da Lei 11.788/2008). (BRASIL, 2008)

Assim dito há ainda outra modalidade que é a de cunho não compulsório, que é o estágio não obrigatório, ou seja, que é desenvolvido como atividade de natureza facultativa, caso este em que o estudante o faz podendo ou devendo ser remunerado.

O estágio não-obrigatório é uma opção do aluno. A faculdade pode servir como mediadora, divulgando oportunidades que as escolas trazem, mas não interfere diretamente para que o aluno seja contratado como estagiário.

A Lei Nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008 dispõe sobre o Estágio Não-Obrigatório, ou seja, “desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do Curso o qual está vinculado o aluno”.

CAPÍTULO IV DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES AO ENSINO RELIGIOSO: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO ENSINO RELIGIOSO

As Ciências das Religiões passaram por grandes perturbações, questionamentos e diferentes reações em diversos ambientes. Um deles foi sobre de qual ponto de vista seriam feitos os estudos, da teologia luterana ou da teologia católica (USARSKI, 2006, p. 9).

Desde o surgimento da Ciência da Religião, sua relação com a Teologia não é harmoniosa, pois ambas buscam um espaço tanto no ambiente acadêmico quanto no meio profissional, cada qual defendendo a sua área de atuação, sem abrir mão da sua epistemologia.

A respeito da didática, fator importante na construção do docente durante o período de estágio, Comênio (1957) divide essa construção em quatro partes importantes que se completam entre si e que são essenciais para este estudo. Na parte primeira, a essência é refletida em seu aspecto teológico-filosófico, que trata o homem como um ser sem defeitos, sendo este aqui um mero esboço para a vida pós-terrena, mas ao mesmo tempo este espera uma espécie de antecipação da vida pós-terra. Na parte segunda, aparecem alguns elementos que são considerados princípios gerais, que se ligam há uma necessidade fundamental do homem que conhecemos que é o de educação.

Na parte terceira a abordagem de questões especiais de didática é usada. E por fim temos, a última e quarta parte que é composta de um plano importantíssimo na organização da rotina do estagiário em docência: o plano Orgânico de Estudos, com uma chamada de atenção dos governos em suas diversas esferas para que, em um esforço conjunto, se produza meios e tarefas importantes na árdua missão de educar as gerações que virão após a nossa.

A obra de Comênio (1957) é cheia de menções às questões pertinentes ao desenvolvimento da atividade profissional prática. É primordialmente notório em seus escritos e livros a enorme quantidade de métodos que hoje em dia podem ser aplicadas sem quaisquer percas de contexto e atualidade em nossas escolas, como maneira de fortalecimento do Ensino Religioso.

A busca por um Ensino Religioso mais voltado para uma diversidade cultural religiosa é o que poderia tornar o Ensino Religioso mais atrativo para os alunos e isso sem dúvida poderia ser feito, nos mais diversos níveis de ensino vigente. Resguardando-se as devidas proporções pode-se dizer que este ensino é plenamente atual e proveitoso na feitura desta tarefa que é ensinada na graduação e que é a construção de um bom Ensino Religioso e uma graduação em Ciência das Religiões capazes de trazer afirmações e concepções, e assim contribuir na investigação de seus parâmetros e a relação dessa base teórica aprendida em sala de aula e suas aplicações práticas.

Para Greschat (2005) os teólogos são especialistas religiosos. Os cientistas da religião são especialistas em religião, ou seja, a investigação feita pelos teólogos segue muito pela fé que profetizam tendo como sua religião o ponto central de tudo, e pela sua dependência e obrigação com uma instituição.

O cientista da religião busca a imparcialidade, sendo autônomo quanto ao estudo do objeto, buscando no exterior os seus interesses e não o interesse do seu grupo social seja pela família ou interesses dos amigos. Ele não tem o propósito de questionar a fé do outro, mas estudá-la sem preconceito de fazer a sua pesquisa diante da convicção íntima, respeitando e tornando-o uma ferramenta importante para saber se o estudo feito por ele está sendo compreendido, com relação à convicção religiosa dele e das outras expressões religiosas.

As Ciências das Religiões tem a importante tarefa de desprender-se do que é confessional no Ensino Religioso, gerando diferentes conteúdos na construção do saber, possibilitando ao indivíduo pensar em seus valores, suas referências e entender que não há como validar, ou seja, não há como gritar ao mundo que a sua verdade é absoluta, tornando-se importante como ferramenta na construção da sua formação cidadã. Quando esse assunto se estende ao campo das expressões religiosas, fica mais difícil identificar qual delas é autêntica.

O Ensino Religioso no Brasil tem por base a influência da trajetória feita na Europa. A Instituição Católica exercia domínio na cultura de diversos países, seja nas escolas monacais ou na organização dos Congressos que orientavam as universidades e as escolas para o catecismo na formação da elite ou da burguesia nascente.

Foi durante a reforma que se ouviu pela primeira vez sobre educação para o Ensino Religioso. "Lutero cobrou das autoridades que a educação acontecesse para todos com atribuições do Estado. O propósito de Lutero era alfabetizar e possibilitar aos indivíduos a leitura da Bíblia". (JUNQUEIRA; WAGNER, 2011, p. 28).

O Ensino Religioso está deixando de ser um ensino do tipo lenda, ao passo que vai se integrando à formação do cidadão através dos espaços disponíveis como: a mídia, a escola, a sociedade e as pesquisas acadêmicas. Neste sentido, a importância da formação dos profissionais do Ensino Religioso no Brasil.

O ensino religioso nas escolas complementa parâmetros que auxiliarão o futuro cidadão sobre o seu espaço na sociedade conforme as regras e complementos propostos pela religião indicada pela escola. Ou seja, será um norte para que o aluno comece a ter conhecimento de justiça, cultura e paz entre os indivíduos.

"O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

De forma a não persuadir ou ditar o que o aluno deve ou não seguir, o ensino religioso desde cedo irá trazer inúmeros benefícios para a mente da criança, de modo que ela poderá obter respostas de variadas sabedorias, não apenas da religião, sobre diversos assuntos pautados a vida, sociedade, família, cultura, comportamento etc.

Em uma sociedade cada vez mais acelerada, onde as informações são obtidas muito mais rápidas de forma que os indivíduos estão se reclusando cada vez mais, onde alguns valores importantes já fazem parte do passado traz à tona a necessidade de ensinar e trazer de volta alguns ensinamentos que são encontrados na religião. Por isso ela é importante para refletirmos em soluções contra o Bullying e todas as outras formas de violência, negligência, corrupção, etc.

A religião, seja ela qual for, irá trazer princípios éticos e filosóficos básicos, onde o aluno, futuramente, poderá decidir se seguirá ou não. Até lá ela terá em mente bons princípios, tais como o bom relacionamento com o próximo, o verdadeiro valor da família, e de como ela já é e sempre será importante para a sociedade.

4.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE SOCIAL DA GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

Vivencia-se na atualidade uma sociedade de feições pluralistas onde as mudanças são constantes, profundas, de cunho universal e por vezes irreversíveis, onde crescem as aspirações e reverberam os questionamentos sobre o sentido da vida e da sua história, onde se constata o interesse da busca de respostas orientadoras para se manter o equilíbrio psíquico e religioso.

Já não é possível pensar em educação de qualidade que não contemple a dimensão religiosa do ser humano, dimensão essa que muitas vezes é confundida com o ensino da religião, catequese, ou proselitismo. No Brasil, pode-se observar o Ensino Religioso fazendo história por caminhos diferenciados: o caminho da confessionalidade, o caminho da interconfessionalidade, o caminho das religiões, e o caminho da religiosidade.

O Ensino Religioso marca um fato histórico na educação brasileira: pela primeira vez pessoas de várias tradições religiosas, enquanto educadores conseguiram juntas encontrar o que há de comum numa proposta educacional que tem como objeto o transcendente. Como os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso compreendem a metodização do fenômeno religioso a partir das raízes das tradições religiosas: orientais, ocidentais, africanas e indígenas, há necessidade de um profissional de educação sensível à pluralidade e consciente da complexidade sociocultural da questão religiosa, e que garanta a liberdade do educando, sem proselitismo e/ou catequização. Assim, como para todas as áreas, a política dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso pressupõe a elaboração ou revisão dos currículos escolares e a respectiva formação/capacitação do quadro do magistério.

Corrigindo-se as distorções históricas do Ensino Religioso, o próprio Conselho Nacional de Educação no seu Parecer de 11/03/97 entende a necessidade de um professor habilitado e não representante de uma denominação religiosa, ou seja, com formação específica em graduação em Ciências das Religiões.

Desta forma, no universo dos profissionais de educação que atuam no Ensino Fundamental e Médio, há necessidade da formação de profissionais para o Ensino Religioso de modo mais estrutural, através dos cursos de Licenciatura em Ciências

das religiões como tem na UFPB, na Paraíba. Essa proposta visa contribuir para constituição do quadro dos profissionais de educação que pretendem atuar na área do Ensino Religioso, desencadeando um processo de formação mais sistemático e efetivo frente às urgências de um novo tempo.

4.2. PERFIL DESEJADO DO FORMANDO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

A área do conhecimento/curso para o Ensino Religioso na busca de integração do ensino de graduação com a pós-graduação, em resposta à demanda social de uma disciplina integrante da formação do cidadão na diversidade cultural religiosa de Brasil, sem quaisquer formas de proselitismo, constitui-se numa tarefa excepcional para as instituições de Ensino Superior.

O Ensino Religioso necessita de profissionais de formação adequada ao desempenho de sua ação instruidora, considerando que o conhecimento religioso para estudo do fenômeno religioso na escola, está fixado na complexidade da questão religiosa e na pluralidade brasileira.

O formando em Licenciatura em Ciências das Religiões tem vasto campo de atuação e seu perfil corresponde ao magistério do Ensino Religioso e à investigação do fenômeno religioso.

4.3. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DESEJADAS DO PROFISSIONAL DE ENSINO RELIGIOSO

O formando em Ensino Religioso insere-se num contexto que dele exige uma constante busca de conhecimento religioso. Por isso, espera-se que seja capaz de viver a reverência da alteridade, de considerar que família e comunidade religiosa são espaço privilegiado para a vivência religiosa e para a opção de fé, e de colocar seu conhecimento e sua experiência pessoal a serviço da liberdade do educando, subsidiando-o no entendimento do fenômeno religioso.

A competência do profissional do Ensino Religioso, segundo o FONAPER (1998) exige que:

a) compreenda o fenômeno religioso, contextualizando-o espacial e temporalmente; b) configure o fenômeno religioso através das ciências da religião; c) conheça a sistematização do fenômeno religioso pelas tradições Religiosas e suas teologias; d) analise o papel das Tradições Religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais; e) faça a exegese dos textos sagrados orais e escritos das diferentes matrizes religiosas (africanas, indígenas, ocidentais e orientais); f) relacione o sentido da atitude moral, como consequência do fenômeno religioso sistematizado pelas Tradições Religiosas e como expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária das pessoas. (FONAPER, 1988)

O profissional do Ensino Religioso faz sua síntese do fenômeno religioso a partir da experiência pessoal, mas necessita, continuamente, apropriar-se da sistematização das outras experiências que permeiam a diversidade cultural.

4.4. CONTEÚDOS CURRICULARES

Segundo o Fonaper (1998), na construção dos curriculares plenos da capacitação docente para o Ensino Religioso foram estabelecidas as áreas que compõem o conhecimento religioso na diversidade cultural religiosa do Brasil.

O curso das Ciências das Religiões não estão vinculados a uma religião, religiões ou teologia específica, mas às Ciências da Religião enquanto aporte teórico que lhe oferece possibilidade de investigação das diversas manifestações do fenômeno religioso na história e nas sociedades. Isso, ao mesmo tempo em que é regido por princípios e fundamentos das Ciências da Educação enquanto área de conhecimento, levando em conta todas as áreas, subáreas e especialidades..

A formação de docentes para o Ensino Religioso assumiu os mesmos passos e os trâmites previstos em legislação para a formação de profissionais das demais áreas de conhecimento, assegurando aos seus egressos os direitos concernentes aos profissionais da educação e disponibilizando a sociedade brasileira uma formação para a cidadania que integra o estudo do fenômeno religioso na pluralidade cultural, buscando o pleno desenvolvimento de seus educandos.

O envolvimento de universidades, secretarias de Educação, do FONAPER, de grupos educacionais e religiosos comprometidos com uma educação de efetiva participação no desenvolvimento da sociedade brasileira não tem se limitado às questões relativas à formação inicial de professores para o Ensino Religioso, mas se

amplia e completa com propostas e ações de formação continuada e com pesquisas para esta área do conhecimento.

A alteração na concepção do componente curricular - por assumir esse profissional como integrante do sistema escolar e portador de conhecimentos e habilidades apropriadas para a realização dos objetivos do mesmo - interferiu na reorganização dos cursos de capacitação docente, apontando para a necessidade de uma formação específica, em nível superior, em cursos de licenciatura de graduação plena.

Essa habilitação se estrutura em dois pressupostos: um epistemológico, cuja base é o conjunto de saberes das Ciências da Religião, e um pedagógico, constituído por conhecimentos necessários à educação para a cidadania.

Foi por esse motivo que, gradativamente, a identidade dos cursos assumiu ao do curso de graduação em Ciências da Religião - licenciatura em Ensino Religioso, objetivando atender e cumprir a responsabilidade social que tal ensino demanda, evitando o proselitismo e a doutrinação e garantindo a democracia e reconhecimento da diversidade cultural.

A metodologia de pesquisa na graduação em Ciências da Religião parte da premissa de que na investigação não se separa o sujeito de pesquisa (cientista social) e o seu objeto (a sociedade), visto que o sujeito é um ser social e as ações humanas dão forma e transformam a sociedade da qual o pesquisador é parte integrante, sofrendo as consequências, apresentando como também promovendo transformações.

Nessa perspectiva, o currículo proposto visa sujeitos de uma pesquisa participante: viver, perceber e construir a realidade e ao mesmo tempo que sofrem consequências dessa realidade com problemas e possibilidades. E, esse processo permite a construção do conhecimento que, se reconstrói a cada etapa de forma contínua e inconclusa, servindo de suporte a outras de maiores.

O Ensino Religioso, na perspectiva e princípios de uma educação para a cidadania plena, sustentada em pressupostos educacionais e não sobre argumentações religiosas, ainda que estas sejam legítimas e importantes para o ser humano, a partir das diferentes áreas de conhecimento, integradas às Ciências da Religião, contribui na definição dos conteúdos específicos, considerando que a interlocução entre as mesmas é fundamental para a construção e articulação da

disciplinaridade e interdisciplinaridade. Para tal, o Ensino Religioso tem necessidade de observar os aspectos das Ciências da Religião, pois objetiva compreender o fenômeno religioso em todas as situações da existência humana.

Nessa compreensão da instituição de ensino assume com os personagens abrangidos no curso de Licenciatura em Ciências das Religiões, os princípios norteadores do seu trabalho que tem que ter qualidade total, fundamentada em competência, criticidade e criatividade, a transdisciplinaridade, baseada na inclusão e nas relações das disciplinas pelo domínio do conteúdo epistemológico de cada uma, caracterizadas como aprofundamento do estudo e da pesquisa, mediante abrangentes modalidades de investigação, a epistemologia fundada nas áreas temáticas da formação do professor de Ensino Religioso.

Assim, a estrutura e organização curriculares do curso de licenciatura em Ciências das Religiões estabelecem-se nos princípios e objetivos propostos, visando à preparação do profissional para o seu desempenho como professor de Ensino Religioso.

Desse modo, a proposta do curso atende ao se constituírem como uma das bases epistemológicas para o Ensino Religioso, contribuem para a compreensão do humano enquanto ser aberto à transcendência e historicamente situado dentro de referências religiosas, influenciado por elas de múltiplas maneiras e, muitas vezes, agindo a partir delas.

O currículo do curso abrange oito semestres com uma formação geral e básica, e uma área diversificada com a estruturação epistemológica do Ensino Religioso e a sua pedagogia. A carga horária total em alguns cursos de Ciências das Religiões é de 3.200 horas-aula, da UFPB, distribuídas nas áreas que são complementares e equiparadas, mediante uma prática que se pode afirmar ser interdisciplinar, quando se constrói um diálogo com a filosofia e a sociologia e transdisciplinar, quando se utiliza de disciplinas como a história e a geografia para explicar o fenômeno religioso.

A área de formação comum, é constituída por saberes das áreas do conhecimento de caráter e de cunho educacional (língua portuguesa, produção do conhecimento científico, informática - não há na licenciatura da Universidade Federal da Paraíba - Filosofia, Sociologia e História) tudo com o objetivo de fundamentar a formação do professor. A área de formação específica (profissionalizante) é

constituída pelos conhecimentos relativos ao fenômeno religioso (fundamentos epistemológicos do Ensino Religioso, que compreende todas as culturas e tradições comparadas e Ethos) cujo objetivo é a fundamentação dos conjuntos de conhecimentos necessários à formação de profissional de Ensino Religioso.

A área pedagógica (Paradigmas Educacionais e o Ensino Religioso, Psicologia da Educação, Didática, legislação de Ensino, Prática de Ensino e Integração Curricular) complementa a formação do licenciado em Ensino Religioso com 60 créditos.

Segundo Mizukami (2000), aprender a ensinar e aprender o trabalho docente são processos de longa duração, sem um ponto final estabelecido *a priori*. Hernandez (1998) explica que alguém aprende quando está em condições de transportar a uma nova situação o que conheceu em uma situação de formação de forma institucionalizada.

Em outras palavras, a aprendizagem docente configura-se como um processo que se inicia antes mesmo da entrada na formação inicial e não tem um momento datado para terminar.

4.5 A IMPORTÂNCIA DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES PARA A ESTRUTURAÇÃO DA IDENTIDADE DO PROFESSOR DO ENSINO RELIGIOSO

O fenômeno religioso tem tido através dos tempos presença marcante, quer seja na vida social, política, quer seja na vida econômica das mais diversas sociedades. A educação tem o papel importante de promover no indivíduo uma reflexão acerca dos fatos reais da vida, onde a religião é citada, tornando-os críticos, inovadores e contextualizados de saberes sobre as expressões religiosas.

É nos portões das escolas que se percebe uma diversidade cultural religiosa enorme, muito embora as tradicionais expressões religiosas ainda sejam maioria. A escola é parte essencial para que a construção dessa nova área do saber torne clara a percepção do fenômeno religioso, e promova uma linguagem nítida dos conteúdos acadêmicos que serão capazes de fazer as pessoas refletirem sobre os valores incomuns que a diversidade religiosa na sociedade promove.

Silva (2011) menciona que muitos são os professores de Ensino Religioso que compreendem a elaboração do saber a partir do conhecimento da própria da religião que confessa, abandonando o espaço voltado para o conhecimento e tornando-o uma extensão dos lugares sagrados, pois esses sim devem ser confessionais. Não se pode negar a religião como objeto de estudo, pois se trata de uma necessidade humana e faz parte da sua história, porém estamos percorrendo um momento em que essa área do saber não está conectada apenas a uma expressão religiosa, mas a uma diversidade; por isso não devemos através da educação tratar os estudos como algo particular e confessional.

O professor enfrenta um grande desafio em fazer essa separação. Este professor sente dificuldade de fazer essa diferenciação, o estagiário que começa a estagiar e conhecer a realidade escolar do Ensino Religioso, vivencia o Estágio Supervisionado apenas nos semestres finais dos Cursos de Graduação em Ciências das Religiões. É nesse momento que ele, o estagiário, precisa se enxergar como futuro docente do Ensino Religioso buscar desenvolver ou descobrir em si, características específicas, ou um perfil profissional que tenha algumas características como: boa fala, boa memória, boa capacidade de expressão e respeito à diversidade, senão vejamos:

Uma formação deve propor um processo que confira ao docente, conhecimentos, habilidades e atitudes para criar profissionais reflexivos ou investigadores. O eixo fundamental do currículo de formação do professor é o desenvolvimento de instrumentos intelectuais para facilitar as capacidades reflexivas sobre a própria prática docente, cuja meta principal é aprender a interpretar, compreender e refletir sobre a educação e a realidade social de forma comunitária (IMBERNÓN, 2011, p. 58).

No processo de formação do professor de Ensino Religioso, muitos tipos de conceitos do que vem a ser a prática no Ensino Religioso lhe são apresentados, determinando de forma direta o seu crescimento enquanto profissional que virá a ser. Como já foi mencionado, agora em forma de Lei, o Ensino Religioso não consegue se distanciar das antigas tradições religiosas; isso aconteceu porque muitas vezes o profissional que não possuía formação adequada ou vinda das igrejas era entregue para as escolas ou na formação superior. Passos dá sua contribuição:

Também é verdade que as experiências de cursos superiores de licenciatura em ER, além de sofrerem orfandade legal, sobretudo por parte

do Ministério da Educação, necessitavam, muitas vezes, de uma clara epistemologia que lhes garanta autonomia e legitimidade. Não raro, encontramos cursos de Ciências da Religião que escondem em suas concepções e práticas curriculares elementos materiais e formais dos currículos de teologia historicamente ligados às Igrejas (PASSOS, 2007, p. 16).

Todo esse processo, está ligado a atribuições que lhe serão passadas para formar nele um perfil em que ele será o próprio usufrutuário de uma prática profissional e que esta terá um caráter peculiar e intrínseco. Quando apresentamos as expressões religiosas como estudo, estamos além dos aspectos delas também, descobrindo a origem histórica do indivíduo e sua identidade cultural social.

Diante da realidade, muitas instituições de ensino superior tentaram oferecer curso de formação para professor de Ensino Religioso: cursos de formação complementar como formação continuada e especialização. O ensino religioso apresenta uma nova roupagem. Deixou de ser de cunho catequético para trás e assumiu uma nova postura onde o aluno não será contemplado dentro da sua denominação religiosa. Com todas essas mudanças, os professores que assumem essa disciplina precisam passar por uma formação multicultural e multiconfessional, respeitando as diferenças culturais, incluindo as afro-brasileiras e as indígenas.

O professor de ensino religioso precisa estar apto para assumir uma sala de aula que atenda as novas exigências da lei; um professor que saiba conviver e respeitar a diversidade cultural e religiosa do Brasil.

Há a necessidade de profissionais qualificados para o desempenho da função no ensino religioso que levou o sistema de ensino, algumas universidades, bem como entidades religiosas, a implementação e implantação de cursos de formação. Pela primeira vez o ensino religioso foi sistematizado como disciplina e não como doutrina religiosa de uma religião específica ou de mais religiões, que tem como meta a busca do transcendente e do sentido da vida.

O ensino não pode ser transmissão de conduta e muito menos de doutrina religiosa ou catequese. Deve contribuir na busca do sentido da existência. Assim como o ensino religioso, a formação de professores também tem estado em pauta de muitas conferências e debates. No momento, é um dos maiores desafios do sistema educacional do Brasil. Toda nova proposta de mudança educacional passa pelo viés da valorização e da formação do professor. Esse é o primeiro passo para dar continuidade no processo de mudança ou implantação de uma nova modalidade,

seja ela qual for. A contribuição das aulas no processo formativo do aluno passa via formação do professor e do seu compromisso com a formação integral do educando. Sendo assim, é indispensável investimento na formação do profissional que vai assumir uma sala de aula para ministrar o ensino religioso.

O processo formativo de um professor não ocorre em um único momento, por isso, a importância da formação continuada, trazendo sempre em pauta as condições históricas e tendo sempre em mente que tipo de cidadão pretende formar. A competência dos docentes envolvidos com a Educação Religiosa Escolar está muito ligada à compreensão da proposta deste componente curricular e tem haver com a própria formação básica que o professor recebe e que nunca está completa. A auto-formação é uma ação continuada e exige uma constante atualização por parte de quem promove curso de formação, mas acima de tudo por parte do próprio professor. Há algumas áreas do conhecimento exigidas para a capacitação do professor de Ensino Religioso.

O professor de Ensino Religioso está inserido em um contexto que exige uma constante busca do conhecimento religioso, partindo do princípio de que todo ser humano traz em si uma experiência pessoal. Também é preciso ser conhecedor da sistematização das outras experiências que perpassam a diversidade cultural e que estão presentes no convívio diário de uma sala de aula. O Ensino Religioso não pode ser catequético e muito menos contemplar só o cristianismo. O professor deve conhecer e respeitar as diferentes religiões e manifestações religiosas para conduzir o aluno na busca do transcendente. A comunidade em geral e, em especial, a comunidade escolar devem favorecer o diálogo inter-religioso e contribuir para que ocorra o respeito entre as religiões.

É importante frisar ainda que:

[...] A palavra “religião” serve para especialistas de diversas disciplinas, embora nem sempre – e nem em todos os lugares – denomine a mesma coisa. O que um termo quer dizer depende de sua definição. O esclarecimento do seu significado, pois, deve informar o que caracteriza “religião” – mas aí a dificuldade. Embora existam muitas definições de religião – algumas centenas, presumidamente, até hoje não se chegou ao resultado esperado. Não há definição que não seja rejeitada por, pelo menos uma pessoa (GRESCHAT, 2005, p. 20).

No estágio supervisionado é possível a criação de uma construção identitária no professor do Ensino Religioso, através do que o então estagiário assimila ou vê

de sua futura rotina podendo assim mudar o que não lhe acrescenta nessa construção.

No que diz respeito a isto, Pimenta e Lima (2006), advertem que o estágio é uma parte muito importante na formação, pois é a hora em que é manifesta a prática dos cursos de formação de profissionais em geral. Acredito ser dessa concepção que partem retóricas como as que dizem que os cursos são demasiadamente teóricos e que é na prática que se aprende e que certas pessoas são demasiadamente teóricas e que tudo na prática é outra coisa.

[...] O Professor no fazer do cotidiano do Ensino Religioso constrói as discussões, argumentações, reflexões e, assim, contribui para que o componente curricular seja tratado de forma normal na vida escolar, tratado como um campo do conhecimento onde se tem uma disciplina como área de conhecimento de direito nas questões éticas, na inclusão do cidadão e do direito à educação que gera cultura, justiça e paz (JUNQUEIRA; WAGNER, 2011, p. 20-21).

O autor desta dissertação, conseguiu encontrar algumas colegas, que se formaram há pouco tempo, e que acreditam que não é preciso dar tanta importância a esse espaço, onde se estagia, bem como a valorização dos Estágios Supervisionados.

Os estágios no Ensino Religioso são muito importantes na formação profissional, pois eles servem de bússola direcionadora do que vem a ser a realidade após a graduação, para que os alunos de Ciências das Religiões tenham um referencial do mercado e da sua profissão, tendo a oportunidade de previamente verem a rotina da profissão.

É do conhecimento de todos que hoje encontramos nos espaços urbanos, nas relações sociais, nos gostos, uma vastidão enorme de relações e realidades. Esta diversidade está em constantes mudanças. O período de estágio é justamente para que o estagiário se prepare para viver dentro dessa diversidade a perspectiva de um futuro profissional e não para estabelecer como ou não tem que ser as situações em que a pedagogia do ensino será usada, pois não se trata de uma cartilha a ser seguida ao pé da letra.

De acordo com o artigo 43º, da lei N°9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que reza sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; *in verbis*:

[...] Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996)

Não se pode negar a importância dos conceitos acerca do que é, e do que também representa o Estágio Supervisionado, pois é com extrema clareza que a própria legislação supracitada os trata. Quanto a sua tangibilidade nos espaços de ensino superior, diga-se aqui as unidades de ensino, enfatizando bem o seu crescimento em locais de trabalho, o Estágio Supervisionado pode ser implementado e ter a sua aplicação nos mais diversos níveis de ensino. Esses níveis vão desde escolas públicas com ensino fundamental e médio até escolas privadas, ou de ensino confessional. Contudo é preciso haver a ligação através de convênios com as instituições educacionais de nível superior.

É preciso também que haja uma necessária preocupação que o aluno da graduação em Ciências das Religiões tenha a percepção dos elementos que ele deve acrescentar a sua formação. Elementos estes que o farão distinguir entre o que aborda as Ciências das Religiões e o que aborda a Teologia, ciência ou estudo que se ocupa de Deus, de sua natureza e seus atributos e de suas relações com o homem e com o universo, diferenças importantes para a docência no Ensino Religioso.

Silva (2011) menciona que o grande desafio do professor de Ensino Religioso é sair desses dois modelos, que muitas vezes estão explícitos ou ocultos na sala de aula fazendo uma abordagem muito pessoal do fenômeno religioso através de suas próprias experiências religiosas.

O primeiro modelo consegue fazer o aluno observar e o outro faz com que se busque o que é mais importante para sua expressão religiosa sem o diálogo. Portanto, utilizamos o ditado “cada um por si e Deus por todos”, fazendo com que a dimensão da natureza humana seja reduzida. Mesmo com tanta evolução nos últimos anos ainda se tem uma estruturação muito rasa e poucas instituições que oferecem a Licenciatura para o Ensino Religioso o que ainda é um desafio para a formação de professores de Ensino Religioso no Brasil.

Outro aspecto também é trazido por Junqueira (2010) que acredita que só as pesquisas não garantem uma boa qualidade do docente, do Ensino Religioso, mas há outras qualidades que se deve levar em consideração como o carisma, o respeito pelas diferentes formas de assimilação e a compreensão do fenômeno religioso diante da realidade da condição humana de estar ou não inserida em contexto religioso. Mas sem dúvida uma condição importante que precisa haver durante o período de formação do professor, não apenas durante o Estágio Supervisionado, mas em toda vida são as condições físicas de trabalho:

[...] as condições de trabalho também exercem um papel fundamental que intervêm na prática educativa e, conseqüente, nos resultados de aprendizagem. Para melhorar a informação e o desenvolvimento profissional do professor, é imprescindível investir para qualificar sua conduta pedagógica (JUNQUEIRA; WAGNER, 2011, p. 145).

Entretanto tais preocupações não querem mostrar, no entanto, que o estágio se dará de forma dissociada na construção da identidade do futuro professor do Ensino Religioso ou que se divorcie completamente do plano de ensino do curso. Muito pelo contrário o estágio é uma atividade importantíssima na capacitação dos futuros jovens professores, quer seja em questão de currículo, quer seja em questão de capacitação profissional.

Uma observação importante para o assunto é feita por Ramos (2003) que entende que, as atividades desempenhadas no decorrer do estágio não podem ser consideradas como tempo exequível, passando, ao longo de todo o curso de graduação, a um sistema de ação concreta através do qual os alunos estagiários possam organizar seus sistemas de relações com o auxílio dos profissionais da Universidade e das instituições cedentes de estágios para poderem analisar, propor e, quem sabe quando lá estiverem, resolver problemas concretos colocados pelo

dia-a-dia da ação profissional, considerando os saberes produzidos/reproduzidos no cotidiano profissional.

Nas questões acerca do exercício da ciência do ensinar, quase que constantemente somos conduzidos a uma reflexão do que se trata na verdade ensinar, por ser algo de muita responsabilidade e importância e ser constituído de inteligências que recaem em métodos que são criados para atingi-lo desta finalidade que é a finalidade de que haja um aprendizado por parte de quem se permite a ser ensinado.

O docente habilitado para o Ensino Religioso tem oportunidade de observar, estudar e ter o fiel como uma extensão do processo de conhecimento. Sobre as expressões religiosas, elas também fazem parte do saber, para que se possa alcançar o respeito ao educando diante da sua religião e da diversidade existente em nosso meio social.

Dreher (2001) acredita que aproximando os conhecimentos fica simples compreender o outro e a si mesmo; o docente com formação em Ciências das Religiões dará a oportunidade de fazer a elaboração do saber sem que o educando perca sua essência, doutrina e dogmas e, de forma responsável, seja determinante na transformação da tolerância ao que para ele é o diferente. Utilizando métodos que estão disponíveis com coerência, preservando a consistência e abordando os assuntos com as suas características na íntegra, torna-se capaz de se fazer mediador dos interesses e dúvidas existentes na escola, na família ou do grupo em que é inserido.

É por isto que se o graduando tiver uma prática maior e mais bem estruturada do Estágio no Ensino Religioso se enxerga o que ele nos quer fazer entender a respeito da docência. Deste modo é necessário que o professor do Ensino Religioso além de uma desenvoltura na passagem do conhecimento teórico e de uma boa técnica e entendimento prático, tenha engajamento em aulas de saberes que vão além da situação que engloba a realidade apenas de sala de aula.

O licenciado em Ciências das Religiões contribui para o Ensino Religioso de diversas maneiras, por exemplo:

-- Tornando-se competente na avaliação de uma religião e se está sendo compreendida corretamente ou não, porém não permite uma reflexão se a religião é de fato verdadeira ou falsa; difere do diálogo inter-religioso da teologia, sendo que essa não quer apenas conhecer a outra religião, mas apresentar a sua religião para os outros, enquanto o cientista da religião e

professor de ensino religioso quer apenas entender o outro, esclarecendo pontos que ainda não foram compreendidos através de um diálogo entre os educandos;

-- Não manipulando uma religião, devendo ser respeitada;

-- Observando os fiéis e os tratando como elementos importantes, utilizando-os como fontes para descobrir de onde vem o saber religioso e qual o pensamento do educando e dos seus familiares em relação ao que sabem (GRESCHAT, 2005, p. 101);

-- Estudar os fenômenos religiosos e suas variantes em diversas religiões, algumas vezes faz uso da comparação de conceitos sobre determinado objeto, ou seja, pode fazer uso de determinadas características de uma religião que se tornar diferente para a outra, "por exemplo, a noção do pecado no judaísmo e nos islã" (GRESCHAT, 2005, p. 126).

Sabe-se, entretanto que isso não é uma tarefa simples de realizar pelo fato de englobar questões como a influência familiar, condições sociais e financeiras dos discentes. Além disso, é necessário por parte do professor que ele faça um plano de ações e elaboração do uso de meios para que ele possa utilizar destes métodos que servirão de meio de aprendizado para seus alunos.

O que é importante também observar é que, essas situações mencionadas podem assegurar que, Estágio Supervisionado e a prática profissional no Ensino Religioso, são coisas distintas, mas que em certos momentos é improvável não se confundirem causando uma certa dificuldade em se distinguir por completo uma da outra.

Mas é importante entender que o estagiário passa de direito a participar ativamente da rotina da escola no momento apenas em que se forma, pois ele passa a ser de direito um professor, por ter cumprido o requisito legal de ter se formado e adquirido o seu diploma. Mas, no momento em que esse ainda estagia, é um professor de fato, pois exerce o estágio dando aulas (em níveis mais avançados do Estágio Supervisionado em Ciências das Religiões), mas ainda não é um educador de direito por lhe faltar o requisito formal que é a conclusão total do seu curso de graduação.

Assim, o graduando tem que desde então colocar em prática e técnicas suas habilidades já prevendo sua iniciação quando dá conclusão do seu curso. Percebe-se que essa tarefa não é, das mais fáceis, porque por mais diretrizes teóricas que se tenha, a realidade em sala de aula após a conclusão do curso, é em muitas vezes, muito mais complexas e diferente do que apenas as teorias aprendidas durante o curso de graduação.

Outras coisas difíceis de enfrentar são as muitas barreiras que dificultam essa relação entre a prática e o que é ensinado em sala de aula. A burocracia enfrentada dentro dos planejamentos, costumes difíceis de serem abandonados por um sistema um tanto quanto antigo para a realidade dos dias de hoje, o uso de modelos ultrapassados e a baixa retribuição financeira são algumas das dificuldades que os profissionais do Ensino Religioso tem que encarar como uma realidade latente, ao ingressar na profissão, mas o que sem dúvida é mais preocupante ainda é a perspectiva de mudanças futuras que é desanimadora para os profissionais de educação.

Agora é preciso entender que é através da prática cotidiana do Estágio Supervisionado, que o professor do Ensino Religioso, que já desempenha essa função ativamente e oficialmente, e o aluno da Licenciatura em Ciências das Religiões, vão buscar convergir em suas atividades.

O estagiário tentando extrair o máximo de conhecimentos daquele momento com todo esmero possível, e o professor que pode ter no novo uma oportunidade de recomeçar, de engrandecer ainda mais a sua prática. Para que isto aconteça é preciso que eles desenvolvam mecanismos indispensáveis para a cooperação entre as realidades o que facilitará na construção de saídas para o desenvolvimento profissional de ambos.

O professor com a abertura das portas da sala de aula e a facilitação do engajamento do estagiário no âmbito dos mecanismos pedagógicos e o aluno com o interesse e a disposição para enfrentar os desafios de sua futura (agora mais próxima) profissão.

É de notória percepção que ao passar dos tempos a legislação que se tem no Brasil, se modificou e avançou bastante trazendo diversas inovações para a prática do Estágio Supervisionado. O que se tem visto claramente é que tem sido ampliada a relação dos conteúdos dados em sala de aula e a prática executada no Estágio Supervisionado no Ensino Religioso.

Além da melhora da relação entre o fim do estágio e a perspectiva de aprendizagem pretendida pelo estagiário, há com certeza em alguns momentos um desvirtuamento quanto à relação de estágio, ocorrido durante algum tempo no nosso país, mas que hoje já é bem menor se comparada há algumas décadas atrás.

Pimenta (2008) afirma que o estágio supervisionado oferece novas possibilidades de ensinar e aprender a profissão docente, inclusive para os professores formadores, convidando-os a rever suas concepções sobre o ensinar e o aprender. É importante registrar também que, para a realização desse componente, todas as disciplinas que envolvem o currículo são fundamentais, uma vez que trabalham conhecimentos e métodos (subsídios) a serem desenvolvidos durante a prática e ao longo da carreira profissional.

Há ainda algumas deficiências como as burocracias enfrentadas na hora de conseguir um estágio como: a falta de vagas em algumas escolas, a falta de propiciação de ambientes condizentes com o valor dos profissionais em geral, da educação e do Ensino Religioso especificamente, uma enorme parcela ainda de estágios que não são dotados nem mesmo do termo de compromisso do estágio (formalidade mínima na concepção de um estágio) e a insistência em não abandonar experiências que se mostraram incapazes de suprir as necessidades reais do Ensino Religioso. (PIMENTA, 2008)

É visível também que as questões referentes a estruturas sociais e de ensino deixam muito a desejar, principalmente por parte das escolas onde ocorre a formação, pois se vê a ausência de coisas básicas e principalmente de interesse e vontade política e isso sem dúvida interfere na formação do Estagiário do Ensino Religioso.

O ensino religioso hodierno traz uma nova proposta para o estudo do fenômeno religioso, que tem como base os dispositivos legais, que compreendem a todos os cidadãos como sujeitos de direitos, quanto ao fato de terem uma confissão religiosa ou não, tornando o Estado imparcial aos assuntos religiosos; portanto, não poderá nenhum indivíduo ser discriminado pela confissão religiosa escolhida.

A sala de aula se torna um espaço importante para elaboração dessa área de conhecimento. A escola tem por obrigação proporcionar aos educandos e aos docentes um ensino que o faça compreender sua importância como cidadão e possibilite a discussão e socialização dos saberes. Verificar se os afazeres ali constam de acordo com o plano de estágio e se o mesmo está contribuindo para a melhor capacitação do estagiário e para o desenvolver do estudante, fazer uma avaliação semestral, trimestral ou até mensal, para ver se os requisitos do estágio vêm sendo cumpridos, chamar à atenção da unidade concedente se ela não estiver

cumprindo esses requisitos, são tarefas imprescindíveis para melhorarmos um pouco a condição do estagiário.

É importante também que quem concede o estágio propicie ao estudante, na medida do possível, uma experiência próspera de troca de conhecimentos, para que o estágio não seja dotado apenas de uma experiência de caráter burocrático que não acrescentará em nada a vida do estagiário após a universidade.

Por outro lado, verifica-se a importância do estágio na capacitação e profissionalização docente em sua fase inicial, através de saberes que são conquistados de uma maneira que levam em consideração a teoria, mas da mesma forma um conhecimento prático.

A Licenciatura em Ciências das Religiões é uma das ferramentas que contribui na formação e capacitação do professor, através de conteúdos pedagógicos necessários para a diversidade cultural religiosa presente na sociedade, buscando ser imparcial nos assuntos religiosos, não permitindo atos de intolerância ou atos violentos a um indivíduo pela escolha da sua religião, tornando tanto o graduando da Licenciatura, quanto o educando conscientes que a única verdade é o que se acredita e não como um todo.

Nesse contexto vê-se a importância do Estágio Supervisionado no Ensino Religioso, pois é através dele que se leva aos graduandos experiências reais de sua prática, com a observação de tabus, paradigmas e desafios a serem superados.

É interessante que se observe ainda que os professores que já lecionam há algum tempo, procurem a cada dia melhorar, rever suas práticas de ensino, de acordo com as realidades que aparecem no decorrer de seus caminhos. Esses olhares sensíveis a cada realidade, também vão permitir que os graduandos nas Ciências das Religiões construíssem características que vão facilitar a efetivação de suas competências e a efetuação dos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso. Se este profissional realmente é comprometido com o ensino-aprendizagem dos estudantes e estão sob sua incumbência educacional naquele momento de sua carreira, estes desafios serão vencidos.

Além do que nesta perspectiva ficam evidentes as influências do Estágio Supervisionado na formação do profissional docente. A experiência, para a autoria desta dissertação, foi de extrema importância, porque quando pela primeira vez que se teve a oportunidade de se estar em sala de aula, a sensação foi de ser como um

estudante, mas tive que adaptar a minha percepção ao universo docente, nas matérias das aulas para compreender a visão discente, procurando ter uma percepção dos seus interesses objetivos, facilidades, dificuldades encontradas pelos mesmos e encontrar meios, métodos, metodologias que fossem de encontro às necessidades dos estudantes. Somando a isso, o cumprimento de cronogramas, e que também facilitam a percepção dos estudantes no que cabe a necessidade deles de vencer as barreiras impostas, na vida mesmo e contribuir para que possam ser no mínimo bons cidadãos, essa experiência também é de extrema importância, pois é necessário que estes alunos tenham melhores perspectivas quanto a serem melhores na sociedade, mas que se consiga ir, além disso, que se tenha uma reflexão através do Ensino Religioso mais profunda trazida pelo conhecimento dos mecanismos sociais e históricos que denotam a razão da vida em sociedade ser o que é.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Supervisionado no curso de graduação em Ciências das Religiões da UFPB precisa sofrer novas alterações no sentido de buscar minimizar ou até coibir as dissonâncias entre o universo da teoria e da prática.

Espera-se que os graduandos não se sintam inseguros com a proposição apresentada pelo curso e que os professores do Departamento de Ciências das Religiões, ao menos em uma parte do corpo docente, possam de fato assumir um comprometimento social firme comum a formação docente voltada para uma prática do ser professor de Ensino Religioso, onde o Estágio Supervisionado deve ser o lugar onde o exercício teórico-prático é de fato concebido.

Torna-se necessário e urgente buscar as articulações entre o Projeto Político e Pedagógico, e em especial os requisitos que tratam sobre o Estágio Supervisionado, do curso de Ciências das Religiões, com as recentes discussões legal e curricular - sobre a formação de professores, incluindo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Ciências da Religião.

Destaca-se que apesar das ações e a participação de professores das Ciências das Religiões em alguns estudos da BNCC e das Diretrizes Curriculares Nacionais, essas atuações ainda soam como tímidas, sendo necessário haver uma mobilização coletiva de todos os docentes do curso e não de casos isolados por parte de alguns docentes que se interessam pelo tema.

Em outras áreas da educação não existe ainda um equilíbrio quando se fala em formar professores, nem articulações entre os campos da educação e do currículo da Licenciatura em Ciências das Religiões. Se por um lado, alguns professores do Departamento de Ciências das Religiões têm concepções que ajudam com a formação de professores e pode transformar a perspectiva do curso, outros parecem que sequer, trabalham a formação docente dentro do próprio curso que formam professores.

No momento, as concepções dos professores apontam a formação para a diversidade e cidadania, entre outras perspectivas para formar professores de Ensino Religioso. No entanto, a prática da licenciatura, que se dá também através

dos Estágios Supervisionados está segmentada, pois essas concepções parecem não estar presentes e articuladas a proposta pedagógica curricular.

A formação de professores de Ensino Religioso não tem tido grande prestígio na matriz curricular. Isso tem prejudicado a sua concepção de licenciatura e também de articulação com o currículo. Assim, é possível ainda visualizar que não existe uma articulação do Ensino Religioso com o currículo e também que as disciplinas dos eixos curriculares veiculam uma concepção fragmentada e desconectada da formação de professores, pois a forma como estão estabelecidas quais se distribuem os eixos teóricos, metodológicos e os da licenciatura e, principalmente, os Estágios Supervisionados, dificulta o trabalho da formação dos egressos em Ciências das Religiões.

Haveria uma ampliação do currículo se fosse dada maior importância às concepções de formar professores de Ensino Religioso dos professores do departamento de Ciências das Religiões e se houvesse um despertar para essa problemática do Ensino Religioso que se tem visto crescer e vem se tornando patente na vida dos professores que atuam nas escolas, pelo que percebe-se como estagiário nas escolas.

Na prática e na matriz curricular do curso, quando analisados, visualiza-se que a discussão curricular se dá de modo superficial. Essa longa caminhada da Licenciatura do Ensino Religioso na UFPB é preciso cuidar para que ela não seja “empurrada” e dada em contramão às concepções pedagógicas.

Assim, não enxerga-se claramente uma concepção de formação de professores de forma explícita tanto no Projeto Político e Pedagógico como também nas diretrizes voltadas para o Estágio Supervisionado. Hoje, os estudos voltados para o entendimento sobre concepções de ser professor, ofertam diversas formas de identidade para os egressos atuarem no componente curricular do Ensino Religioso.

Nesse contexto, a formação de professores também sofre com a problemática que cerca a concepção hegemônica, principalmente, porque a prática de instituições superiores, mesmo que sejam poucas, hegemonizam o currículo e as práticas dos professores em formação. Um exemplo claro dessa herança um tanto superada foi alguns “educadores” da instituição não aceitarem a presença da Licenciatura em Ciências das Religiões na Universidade Federal da Paraíba, e ainda, persistirem

demais na ideia de que a área do Ensino Religioso não problematiza enfoques educacionais e supostamente, fere a laicidade do Estado.

Além disso, como dito anteriormente, uma parcela do contingente dos professores do departamento de Ciências das Religiões não tem aproximação com a área do Ensino Religioso, e por isto talvez tenham dificuldades de conduzirem concepções sobre o significado de ser professor do Ensino Religioso.

Numa síntese, destaca-se nos capítulos estudados, diversas concepções e contribuições significativas e também problemáticas a respeito do Estágio Supervisionado, seu histórico, seus aspectos, finalidades e suas contribuições, para formação de professores de Ensino Religioso. Em outras partes, destaca-se os aspectos da resolução 47/2007 que regem os Estágios Curriculares Supervisionados na UFPB e a resolução 02/2011 que regulamenta o Estágio Supervisionado no âmbito do curso de Licenciatura em Ciências das Religiões da mesma universidade.

Percebe-se que a discussão da formação de professores de Ensino Religioso na educação, por sua vez, vem caminhando em passos muitíssimos lentos, um dos aspectos é que já houve vários concursos estaduais e municipais e salvo raríssimos casos contemplam ou priorizam os licenciados em Ciências das Religiões, como os profissionais habilitados a assumir o Ensino Religioso nas escolas públicas.

Destaca-se também o quanto é importante a graduação-licenciatura para a formação do professor e como a organização curricular do curso e dos Estágios Supervisionados contribuem significativamente na formação docente do professor de Ensino Religioso.

Tendo em vista todas essas celeumas, sugere-se que seja feita uma revisão curricular, sobretudo do Estágio Supervisionado, desde os mais iniciais até os mais avançados, e que ao mesmo tempo seja implementado um fórum permanente de estudos sobre formação de professores de Ensino Religioso na licenciatura em Ciências das Religiões da UFPB e que este sirva de princípio norteador comum, e que ao longo do tempo, seja sempre feita a avaliação e reavaliação da proposta pedagógica e também que o currículo da formação dos profissionais, acompanhe as perspectivas educacionais do Ensino Religioso na Universidade e também na escola onde se passam os Estágios Supervisionados.

A construção de projetos que abordem a formação docente é um caminho que reúne concepções, desafios e perspectivas. O grande ator desse processo é o professor de Ensino Religioso.

Além do professor, tem outros profissionais de instituições superiores que atuam na discussão, como os próprios docentes e líderes religiosos que reconhecem a importância da separação do que se passa nos espaços sagrados de cada religião e o que busca-se implementar no Ensino Religioso através do modelo das Ciências das Religiões.

O estudo buscou investigar também que a interlocução entre a instituição de ensino superior e as escolas e a proposta de estágio de favorecer o desenvolvimento de competências de independência e interdependência e de atitudes profissionais, tais como responsabilidade em cumprir com empenho, em cumprir com os compromissos, o favorecimento da capacidade de análise crítica, das relações humanas com os alunos e no grupo de estágio, bem como a autonomia, a auto compreensão, e maturidade em relação aos atores do Ensino Religioso na escola e do estágio, são essenciais na formação do professor de Ensino Religioso.

Ainda preliminarmente podemos reproduzir que o Estágio Supervisionado da Licenciatura em Ciências das Religiões da UFPB, nos moldes que se apresenta atualmente, precisa evidentemente de ações no currículo e no planejamento, para que realidade que se apresentará para o estudante não o faça sentir tão despreparado.

Na Paraíba, o professor que leciona ensino religioso para os anos iniciais do ensino fundamental deve ser formado em Pedagogia, Normal Superior ou Normal de nível médio; para os anos finais, deve ter licenciatura plena em Ciências da Religião, Filosofia, Ciências Sociais, Pedagogia ou Psicologia (PARAÍBA, 2004).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Formação de professores do 1- grau: a Prática de Ensino em questão**. Dissertação de mestrado. São Carlos: UFSCAR, 1991.

ARAÚJO, J. A. DE. **O Estágio Supervisionado como meio de construção do referencial de docência**. Trabalho de Conclusão de Curso. UEPB: 2014.

ARAÚJO, S. D. A. **Estágio Supervisionado: uma experiência vivida**. Trabalho de Conclusão de Curso. UEPB, 2013.

BARBALHO, João. **Constituição Federal Brasileira**, 1988: comentada. Brasília: Conselho Editorial, 2002.

BERNARDY, K.; PAZ, D. M.T. **Importância do estágio supervisionado para a formação de professores**. Disponível em: <<http://www.unicruz.edu.br/seminario/downloads/anais/ccs/importancia%20do%20estagio%20supervisionado%20para%20a%20>>. Acesso em 15 maio. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei nº 867/2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Brasília, 2015. Disponível em: <Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf> >. Acesso em: 3 de maio 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental**. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB0498.pdf>>. Acesso em 20.mai.2018

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer CP nº 97/99**. Formação de professores para o Ensino Religioso nas escolas públicas de ensino fundamental. Brasília, 1999a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PNCP097.pdf> >. Acesso em: 9mai 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer CES nº 1.105/99**. Autorização (projeto) para funcionamento do curso de licenciatura em ensino religioso. Brasília, 1999b. Disponível em: <Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pces1105_99.pdf >. Acesso em: 19 mai. 2018.

BRASIL. . **Constituição (1891)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm >. Acesso em: 17 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm >. Acesso em: 28 mai. 2018.

_____. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do trabalho**. Atualizada até 29 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 12 jul. 2018.

_____. **Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d87497.htm>. Acesso em: 04 mar. 2018.

_____. **Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm>. Acesso em: 20 Set. 2018.

_____. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 20 Mai. 2018.

_____. **Texto referência para a Audiência Pública sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências da Religião**. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=95661-texto-referencia-dcn-ciencias-da-religiao&category_slug=setembro2018-pdf&Itemid=30192 Acesso em 22 maio de 2018.

CARON, Lurdes. **Entre conquistas e concessões: uma experiência ecumênica em educação religiosa escolar**. São Leopoldo: Sinodal-IEPG, 1997.

CASSAR, V. B. **Direito do Trabalho**. 4. ed. Niterói: Impetus, 2010.

COMÊNIO, J. A. **Didáctica magna**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1957.

DELGADO, M. G. **Curso de Direito do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2008.

DREHER, Luís Henrique. Ciências(s) da Religião: Teoria e Pós-Graduação no Brasil. In: TEIXEIRA, Faustino. **A(s) Ciência(s) da religião no Brasil**. Afirmação de uma área acadêmica. São Paulo: Paulinas, 2001.

FERNANDEZ, C.M.B.; SILVEIRA, D.N. **Formação inicial de professores: desafios do estágio curricular supervisionado e territorialidades na licenciatura**. In: 30ª

Reunião Anual da ANPED, 2007, Caxambu. Anais eletrônicos da 30ª Reunião anual da ANPED. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT04>>. Acesso em: 20 Abr. 2018.

FÓRUM PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso**. 2. ed. São Paulo: AM Edições, 1997.

GATTI, B. A. **As Pesquisas sobre formação de professores**. Educação Municipal. São Paulo, n.2, p.67-72, 1988.

GATTI, B. A., ROVAL, E. **Alguns aspectos da legislação sobre a formação do professor primário (1957 a 1975) no Estado de São Paulo**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.20, p.7-13, mar. 1977.

GILES, Thomas Ransom. **História da educação**. São Paulo (SP): EPU.1987.

GRESCHAT, Hans-Jurgen. **Constituintes da Ciência da Religião**: cinco ensaios em prol de uma disciplina autônoma. São Paulo: Paulinas, 2006. p. 9-28, 63-78.

_____. **O que é ciências das religiões?** Tradução de Frank Usarski. São Paulo: Paulinas, 2005. (Coleção repensando a religião).

GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

GUEDES, T. R. S. DE. S. **O Termo inicial do cumprimento de sentença, art. 475-J do CPC**. 2008. 65p. Monografia (Curso Bacharelado em Direito). Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ, João Pessoa.

GUEDES, T. R. S. DE. S. **Questões a respeito do Estágio Supervisionado e sua importância como prática pedagógica na formação docente**. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, João Pessoa, 2014.

HERNANDEZ, F. **A importância de saber como os docentes aprendem**. Pátio, PortoAlegre, n. 4, p. 8-13. 1998.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. [tradução Silvana Cobucci Leite]. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época; v. 14).

JANUARIO, G. O Estágio Supervisionado e suas contribuições para a prática pedagógica do professor. In: **SEMINÁRIO DE HISTÓRIA E INVESTIGAÇÕES DE/EM AULAS DE MATEMÁTICA, 2**, 2008, Campinas. Anais... II SHIAM. Campinas: GdS/FE-Unicamp, v. único. p. 1-8. 2008.

JUNQUEIRA, S. R. A. Formação do Professor de Ensino Religioso: Um processo em Construção no Contexto Brasileiro. **Revista de Estudos da Religião**. Pós-

Graduação em Ciências da Religião, USP, São Paulo, v. 2, 2010. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/rever/rv2_2010/i_junqueira.htm>. Acesso em: 30 Mai. 2018.

_____. **Formação do Professor de Ensino Religioso: Um Processo em construção no contexto brasileiro.** São Paulo: PUC, 2010. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/rever/rv2_2010/i_junqueira.htm>. Acesso em: 27 maio 2018.

_____. O Ensino Religioso no Brasil: estudo do seu processo de escolarização. **Educare - Revista da Educação da Unipar**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/educare/article/view/821/718>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

JUNQUEIRA, S.; WAGNER, R. (Org.). **O Ensino religioso no Brasil.** 2. ed. rev. e ampl. Curitiba: Champagnat, 2011. 198p. (Coleção Educação: religião;5).

MATTOS, Luiz de. **Primórdios da educação no Brasil: o período heróico.** Rio de Janeiro: Gráfica Aurora, 1958.

MARTINS, S. P. **Direito do Trabalho.** 28. ed. São Paulo: Altas, 2012.

MIZUKAMI, M. da G. N. Casos de ensino e aprendizagem profissional da docência. In: ABRAMOWICZ, A.; MELLO, R. R. (Org.). **Educação: pesquisas e práticas.** Campinas: Papirus, 2000.

MOACYR, P. **A Instrução pública no Estado de São Paulo.** São Paulo: Nacional, 1942.

NASCIMENTO, A. M. **Curso de direito do trabalho: relações individuais e coletivas de trabalho.** 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PARAÍBA. **Resolução nº 197**, de 3 de junho de 2004. Regulamenta a oferta do ensino religioso nas escolas públicas do ensino fundamental do estado da Paraíba e dá outras providências. João Pessoa, 2004. Disponível em: <Disponível em: http://www.gper.com.br/ensino_religioso.php?secaold=6&categoriald=25 >. Acesso em: 14 abr. 2018.

PASSOS, J. D. **Ensino religioso: construção de uma proposta.** São Paulo: Paulinas, 2007. (Coleção temas do ensino religioso).

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PIMENTA, S. G., LIMA, M. S.L. **Estágio e docência.** São Paulo: Cortez, 2008.

PINTO, M. E. B. **Considerações acerca da legislação de estágio no Brasil.** 31p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Bacharelado em Direito). Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Campina Grande, 2013.

RAMOS, G. N. S. Estágio. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, 2003.

SANTOS FILHO, A. P. **O Estágio Supervisionado e sua importância na formação docente**. Revista Partes. 2010. Disponível em: <http://www.partes.com.br/educacao/estagiosupervisio>>. Acesso em: 20 Ago. 2018.

SILVA JÚNIOR, P. F. **O Estágio Supervisionado e a Construção Identitária do futuro professor de língua portuguesa**. 38p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura em Letras). Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Guarabira, 2014.

SILVA, M. B. **Em busca do significado do ser professor de ensino religioso**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011. (Coleção Ciências das Religiões).

SOBRINHO, Z. P. **O contrato de estágio e as inovações da Lei 11.788/2008**. Revista Ltr. Legislação do Trabalho, volume 10, 2008. Disponível em: http://www.amatra21.org.br/2013/_up/downloads/f2_ee0171acdfea974530e259eea901eab0.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução CGCR nº 02/2011**. Regulamenta o Estágio Supervisionado do Curso de Ciências das Religiões, da modalidade Licenciatura, do Centro de Educação, do Campus I da UFPB. 10/10/2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução CONSEPE/UFPB 34/2004**, que orienta a elaboração e reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFPB, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **RESOLUÇÃO Nº 38/2008**. Aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências das Religiões, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 38/2008**. Aprova o projeto político-pedagógico do Curso de Graduação em Ciências das Religiões, na modalidade Licenciatura, do Centro de Educação, Campus I, desta Universidade. João Pessoa, 2008a. Disponível em: <Disponível em: <http://www.ce.ufpb.br/ccr/files/RESOLUCAO%2030-2008.pdf> >. Acesso em: 19 abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Pró-reitora de Graduação. **Projeto Político-Pedagógico: curso de graduação em ciências das religiões - licenciatura, modalidade presencial**. João Pessoa, 2008b. Disponível em: <Disponível em: <http://www.ce.ufpb.br/ccr/files/PPP%20LICENCIATURA.pdf> >. Acesso em: 7 abr. 2018.

ZIMERMANN, R. **Ensino Religioso: uma grande mudança**. Brasília: Câmara dos deputados, 1998.